



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 29 - Nº 555 - DE 19 DE NOVEMBRO A 3 DE DEZEMBRO DE 2017 - R\$ 4,00

Abaixo a Reforma da Previdência Retomar a greve geral

Combater a implantação da Reforma Trabalhista Impor a sua revogação por meio da luta de classes

Imperialismo despedaça o Oriente Médio



**Somente a revolução
proletária poderá
garantir a
autodeterminação
e harmonia entre
as nações oprimidas**

Destruição da previdência Responder organizando a greve geral

Não se deve pagar para ver! Não se deve confiar no argumento de que Temer não tem força. Não se deve esperar pelas emendas parlamentares. Não se deve perder tempo para ver se o governo tem recursos para comprar parlamentares. Ao contrário, temos de exigir das centrais e de cada um dos sindicatos que passem a organizar imediatamente a greve geral. Devemos confiar somente em nossas forças coletivas, em nossos métodos de luta e em nossa política proletária. É com a mobilização nas fábricas, nos transportes, nos bancos, no comércio, nas repartições públicas, nas escolas e nos bairros populares que poremos abaixo a furibunda reforma da previdência.

A burguesia pôs em ação seus meios de comunicação. Todos unidos para culpar a previdência pelo rombo das contas públicas. Todos com uma só voz exigindo que o Congresso Nacional cumpra sua parte no ataque à vida das massas. Todos, a todo o vapor, aterrorizando os explorados com a previsão de que sem a reforma logo mais não terão como receber os vencimentos. A campanha burguesa crescerá dia a dia para que aceitemos as alterações na previdência como fato consumado.

As centrais sindicais estão sentadas esperando que o governo não consiga convencer os parlamentares a aprovar o projeto. Sentadas, esperando a negociação de emendas. Os sindicatos já deviam ter começado a convocar reuniões e assembleias. Já era hora das centrais terem mostrado o caminho da greve geral aos assalariados. De terem começado a organizar o movimento nacional das massas sob a bandeira de “Abaixo a reforma da previdência antitrabalhador”! “Abaixo a reforma da previdência capitalista”!

Sim, o governo é fraco. Não tem nenhum apoio entre a população. Nasceu desmoralizado. Passou por uma onda de denúncias de corrupção. Poderia até ter caído. Mas está de pé. Aprovou a mais violenta das medidas – a reforma trabalhista. Venceu a turbulência, apoiado no Congresso Nacional golpista. E agora retoma a reforma da previdência. Sim o governo é fraco porque tem contra si a maioria oprimida. Mas desorganizada e desmobilizada torna o governo fraco em forte.

Sim, o governo é forte porque conta com o apoio de toda a burguesia e do imperialismo para impor as reformas capitalistas. O governo é forte porque o PT, PCdoB e as burocracias sindicais submetem a classe operária às decisões do Congresso Nacional. Porque agem como agentes da democracia burguesa. Está aí por que Temer pôde impor aos trabalhadores a reforma trabalhista. E poderá impor a reforma da previdência.

É preciso romper a camisa de força da política de conciliação de classes. Nada de esperar para ver! Preparar imediatamente a greve geral. A classe operária já mostrou que é capaz de parar o Brasil. A greve geral de 28 de abril possibilitou emergir as forças vivas do País. Mas as centrais em seguida recolheram o movimento. Desmontaram a luta

nacional grevista. Foi assim que Temer ganhou força para seguir adiante.

Os explorados estão novamente diante do mesmo inimigo. Ou se levantam, ou terão de arcar com mais uma das virulentas reformas patronais. O conjunto de reformas e de medidas político-econômicas de Temer expressa as necessidades do capitalismo em decomposição. Só tem a oferecer desemprego, subemprego, miséria e pobreza às massas.

É mentira que com a reforma trabalhista e da previdência se está preparando o País para o crescimento e para o pleno emprego. Ao contrário, a precarização das condições de trabalho e previdenciária afetará negativamente a economia. A verdade é que o governo

está impondo as reformas capitalistas para pagar bilhões e bilhões em juros da gigantesca dívida pública. As reformas servem ao parasitismo financeiro. Essa é a mais pura verdade.

Sabemos pela experiência que é preciso a greve geral por tempo indeterminado. Não se trata de vencer apenas o governo golpista, ditatorial, mas de vencer a burguesia brasileira e por detrás dela a burguesia imperialista. O primeiro passo é reorganizar o movimento nacional, frentista e unitário de protesto em todo o País. Agitar e propagandear a greve geral. Formar os comitês de base. Convencer o proletariado a dirigir a greve geral para pôr abaixo a reforma da previdência.

É preciso romper a camisa de força da política de conciliação de classes. Nada de esperar para ver! Preparar imediatamente a greve geral. A classe operária já mostrou que é capaz de parar o Brasil. A greve geral de 28 de abril possibilitou emergir as forças vivas do País. Mas as centrais em seguida recolheram o movimento. Desmontaram a luta nacional grevista. Foi assim que Temer ganhou força para seguir adiante.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Governo golpista impôs a brutal reforma trabalhista

Nossa luta contra sua implantação

Um dia antes de entrar em vigor a reforma trabalhista, as Centrais realizaram manifestações em quase todo o País, que contaram com a presença majoritária do funcionalismo público. Esses protestos, no entanto, sem a presença organizada da classe operária, compareceram sem vida, mais como um grito de misericórdia daqueles que se recusaram a travar um duro combate antes de sua aprovação. A grande maioria dos trabalhadores não se mobilizou e foram raríssimas as fábricas, escolas e setores de serviços que paralisaram por algumas horas. A classe operária, depois da greve geral de 28 de abril, foi desmobilizada pelas direções burocráticas dos sindicatos e centrais. E, agora, não viu sentido em parar a produção e ganhar as ruas. Assim, o governo não precisou de nenhum esforço para colocar em prática tamanho ataque aos direitos trabalhistas, que ainda estavam assegurados pela CLT.

No dia 11 de novembro, passou a valer a Lei 13.467, que tem como sustentáculo a maquinação capitalista de que o “negociado está acima do legislado”, o que põe por terra o acordo coletivo previsto na CLT. O irrestrito direito capitalista de exploração da força de trabalho foi sobreposto a antigas conquistas que protegiam minimamente o trabalhador da desenfreada exploração patronal. Governo nenhum no Brasil conseguiu impor tamanha brutalidade sobre os trabalhadores. Basta lembrar as últimas tentativas de reformar a CLT, com Collor, Fernando Henrique, Lula e Dilma. Precisou-se de um governo nascido do golpe de Estado, um governo de ditadura civil, rejeitado pela quase totalidade da população, para impor uma reforma inteiramente voltada aos interesses das multinacionais e dos capitalistas nacionais. Isso só foi possível porque contou com a colaboração das burocracias sindicais, que levaram ao extremo a estatização dos sindicatos e há anos vinham assinando os acordos de flexibilização capitalista do trabalho. O desmonte da resistência operária de 28 de abril assinalou a vitória do governo, que não precisou utilizar o Estado policial para impor a draconiana reforma.

A reforma implicará maior precarização das relações de trabalho, aumento da informalidade, ampla terceirização e avanço do subemprego. Os explorados terão de trabalhar mais e ganhar menos. As condições para a reprodução da força de trabalho demonstram o quanto o capitalismo está obrigado a avançar a escravidão assalariada.

Está aí por que suas principais medidas são: 1) aplicação da terceirização em todas as atividades das fábricas e serviços, como na construção civil, bancos, escolas, saúde e comércio; 2) adoção do trabalho intermitente. O capitalista poderá contratar o trabalhador por horas ou dias; 3) ampliação da jornada de tempo parcial. Ampliou a jornada de tempo parcial, que passa

a ser de até 30 horas semanais, com salários menores, sem direito a hora-extra, adicional noturno, extremamente prejudicial à saúde e desprovido de segurança à vida; 4) imposição do regime de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso. Na prática, retira o limite da jornada de 44 horas semanais. Essa é a forma do capitalista de se apropriar da mais-valia, ampliando a jornada e cortando força de trabalho; 5) permissão para reduzir de uma hora para 30 minutos o período para a refeição e descanso; 6) cassação do direito do trabalhador de recorrer à Justiça do Trabalho diante dos abusos patronais; 7) restrição dos sindicatos nas negociações trabalhistas.

Trata-se, como se vê, de um ataque sem precedentes na história da classe operária e demais trabalhadores.

É a materialização da flexibilização capitalista do trabalho, que vinha se implantando desde os governos neoliberais da década de 1990 (...) Não podemos deixar de responsabilizar as direções burocráticas que controlam os sindicatos.

Não podemos isentá-las do papel traidor cometido nesses longos anos de aplicação da política neoliberal, que sedimentaram as bases para uma reforma trabalhista dessa magnitude.

Trata-se, como se vê, de um ataque sem precedentes na história da classe operária e demais trabalhadores. É a materialização da flexibilização capitalista do trabalho, que vinha se implantando desde os governos neoliberais da década de 1990.

Não podemos deixar de responsabilizar as direções burocráticas que controlam os sindicatos. Não podemos isentá-las do papel traidor cometido nesses longos anos de aplicação da política neoliberal, que sedimentaram as bases para uma reforma trabalhista dessa magnitude. Não podemos ocultar sua conduta diante do governo nacional-reformista do PT, que levou ao mais elevado grau de estatização dos sindicatos e de conciliação de classes. E não podemos esquecer o recente desmonte da luta de resistência da classe operária e dos explorados, que culminou com a greve geral de 28 de abril.

A vanguarda, que esteve à frente do combate à reforma trabalhista, tem o dever de explicar pacientemente aos explorados o impacto de uma reforma como essa sobre as conquistas obtidas com muito sangue da classe operária, a exemplo da jornada de 8 horas e direitos imprescindíveis para a reposição da força de trabalho. Tem o dever de mostrar a política das burocracias sindicais que quebraram a disposição de enfrentamento, manifestada nos meses de março e abril. E tem o dever de apontar a tarefa colocada para combater duramente a aplicação da reforma, o que significa retomar o caminho da greve geral. Não é hora de criar ilusões de que é possível breçar a implantação por meio de acordos por fábrica. A reforma trabalhista exige uma resposta nacional e coletiva.

Violenta Medida Provisória de Temer Organizar a greve geral para pôr abaixo a reforma trabalhista

Depois de três dias de vigência da reforma trabalhista, Temer impôs uma Medida Provisória (808), cumprindo a promessa junto à sua base aliada. Foram feitas algumas alterações que não modificam a essência da reforma, que é a de aumento da exploração do trabalho e eliminação de antigas conquistas. Cabe lembrar que a MP veio para corrigir possíveis dúvidas quanto a sua extensão. Reafirma, assim, que reforma trabalhista passa a valer para todos os empregados e não para os novos contratados. Isso quer dizer que se destruiu de uma só vez os direitos adquiridos.

A MP não atendeu o principal pedido da Força Sindical e da UGT de incluir um instrumento de cobrança compulsória no lugar do imposto sindical. Não podemos esquecer que os burocratas desmontaram o movimento que levou à greve geral de 28 de abril em troca de negociações com Temer, que se comprometeu a editar uma MP após a aprovação da reforma. O objetivo do governo de atacar o sindicalismo era e é cortar pela raiz a sua fonte milionária de recursos oriundos do imposto sindical. Por isso, não criou nenhuma forma de contribuição obrigatória dos trabalhadores aos sindicatos e centrais. Os burocratas passaram a depender da boa vontade do Congresso Nacional de introduzir emendas.

Destacamos três alterações: 1) sobre o trabalho intermitente, o chamado trabalho esporádico. O governo foi alertado que esse tipo de trabalho permite que um assalariado receba menos que um salário mínimo de fome, R\$ 937,00. Então a MP determina que, para efeito de recolhimento ao INSS, o trabalhador será obrigado a completar a diferença

para atingir o salário mínimo. Como se vê, permanece a existência do trabalho intermitente e ainda exige um complemento para ter “benefícios” da previdência. Isso porque essa criação de Temer instituiu o salário-hora. Uma forma pior do que a do trabalho temporário, em que a remuneração é contínua até a extinção do prazo do contrato. Reafirma que o contrato de trabalho intermitente exclui o direito ao salário-desemprego. 2) em relação às gestantes e lactantes. Determina que serão afastadas de atividades insalubres, mas corta o direito de receber o adicional de insalubridade. Certamente, a miséria de muitas mulheres falará mais alto e, assim, mediante um atestado médico, continuará trabalhando nesse setor para receber o adicional, que faria falta em casa; 3) referente à jornada de 12 por 36 horas, que será estabelecido pela via do acordo coletivo de trabalho, a exceção do setor da saúde.

O fundamental está na conduta dos partidos que compõem a oposição no Congresso Nacional. Rapidamente, se colocaram por fazer emendas à Medida Provisória. Alimentam a ilusão de que é possível “desfigurar” a reforma trabalhista. É preciso desmascarar esses impostores, que foram incapazes de ir à classe operária e de exigir que as centrais sindicais organizassem a greve geral. Fazem oposição parlamentar apenas para amanhã caçar votos.

Dizemos: nada de emendas à reforma trabalhista! Nada ali pode ser melhorado! Lutar contra a sua implantação e por sua revogação! A bandeira da classe operária é: pela revogação imediata da reforma trabalhista!

10 de novembro Dia nacional de lutas

Combater a política dos burocratas sindicais Constituir as frações revolucionárias

Desde o momento em que o governo Temer anunciou as reformas trabalhista e previdenciária, iniciaram-se as reuniões entre os dirigentes das centrais sindicais. Em março, as campanhas nas portas de fábricas e a agitação em pontos estratégicos despertaram o instinto de resistência dos explorados. Em abril, comitês de lutas começaram a se constituir nos bairros operários, que tinham como principal objetivo impulsionar o movimento por uma greve geral. O resultado foi a greve geral de 28 de abril, que causou muito incômodo para o plano do governo golpista de implantar rapidamente essas reformas. No entanto, bastou um aceno do governo aos burocratas para que tudo fosse desmontado. A Força Sindical, UGT e aliadas aceitaram a reforma trabalhista e passaram a negociar pontos, que posteriormente poderiam ser corrigidos. A CUT, CTB e aliadas desviaram o curso da luta para as eleições de 2018 e para a

defesa abstrata da democracia. Por fim, se enveredaram em coletar assinaturas pela anulação da reforma trabalhista. Depois de sete meses, na véspera de entrar em vigor, as direções se juntaram para manifestações contrárias à reforma. Não foi um fracasso total, porque dias antes Temer lançou um pacote de medidas contra o funcionalismo público, que levou uma parcela a engrossar os atos das centrais.

É bom lembrar que, no dia 29 de setembro, as centrais, por meio do movimento Brasil Metalúrgico, decidiram convocar as manifestações de 10 de novembro, mas com o conteúdo contrário ao da greve geral. Nesse período, o governo Temer se livrou da segunda denúncia de corrupção e anunciou a urgência da votação da reforma da previdência. Nem assim, as burocracias modificaram sua política consensual de fazer o 10 de novembro como dia nacional de manifestações passi-

vas. Porém, havia o novo problema, que era a reforma da previdência. Novamente, por meio do consenso, os burocratas decidiram por realizar uma paralisação no dia da votação da reforma. A CSP-Conlutas reivindicou a paternidade da proposta, mas o fundamental está na nota emitida pelas centrais, que diz: “... convocamos por unanimidade, caso seja marcada a votação da Reforma da Previdência no Congresso Nacional, um dia de paralisação nacional.”

Portanto, querem “derrubar” a reforma da previdência com um dia de greve, no momento em que já está tudo pronto para

aprová-la no Congresso Nacional. Certamente, a Força Sindical e aliadas estão esperando um novo aceno de Temer para abandonar o curso da luta em favor das negociatas. A CUT e congêneres, por sua vez, sob o comando da política do PT e PCdoB, procuram comparecer como opositoras à reforma, mas no campo da democracia burguesa. Estão aí os obstáculos que dificultam a derrubada das reformas antinacionais e antipopulares. A ausência da independência política e do programa proletário constituem travas que impedem o avanço da luta de classe contra os capitalistas e seu governo golpista.

Atuação do POR no dia 10 novembro

Manifestação em Natal

O ato teve início na Praça Gentil Ferreira, no Alecrim, um bairro comercial da cidade. Seguiu em marcha pelas ruas, onde camelôs e lojistas observavam o ato. Contou com cerca de 2.500 pessoas. Seguiu em direção ao centro da cidade, até finalizar em frente à agência da Caixa Econômica Federal da Cidade Alta.

O ato estava composto predominantemente pelo funcionalismo público (professores, saúde, bancários, funcionários administrativos, etc.). Contou com representações de centrais como UGT, CUT, CSP e CTB.

Dentre as palavras de ordem, predominavam o “Fora Temer e Diretas Já”, e contra a reforma da previdência. A passividade da manifestação se chocava com a gravidade das re-

formas trabalhista e previdenciária. Não por acaso, se resumiu numa caminhada onde os explorados não puderam expressar seu descontentamento com o governo e suas reformas.

Romper com o bloqueio imposto pelas burocracias sindicais e se colocar pelos métodos próprios da classe operária, essa deve ser nossa tarefa. Não há como sepultar tamanha reforma contra a vida dos trabalhadores sem que a classe operária se coloque como direção da luta. Não há como enfrentar o governo golpista a não ser unificando a maioria explorada em torno de suas reivindicações e contra as reformas antinacionais e antipopulares. É nosso dever trabalhar pela retomada da greve geral.

Fortaleza:

Dia Nacional de luta reúne 15 mil nas ruas contra as reformas trabalhista e previdenciária

O ato do dia 10/11 foi convocado e organizado pela CUT, CTB, Conlutas, Intersindical e Frente Povo Sem Medo. Contou com várias categorias além de estudantes, servidores das universidades, movimento popular, professores, operários da construção civil, correios e diversos setores do funcionalismo que vieram em caravana de vários municípios do interior do estado. Após a concentração, ocorrida na Praça da Bandeira, a manifestação percorreu as ruas do centro, fechando o comércio e se dirigindo até a Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego, no Fórum Autran Nunes, onde o ato foi encerrado.

O grande afluxo de trabalhadores e juventude ao ato indica que persistem as tendências de luta e a disposição de enfrentamento das massas com o governo e suas reformas. Após a greve geral de 28 de abril, passando pelo ato nacional em Brasília, em maio, e pelas manifestações de 30 de junho, foi possível observar o quanto as direções do movimento operário e sindical trabalharam para esvaziar as manifestações de rua dos explorados. Rejeitaram a via da derrubada do pacote de ataques aos trabalhadores no Congresso, através da ação direta, e pretendiam tão somente desgastar eleitoralmente o governo e recompor-se eleitoralmente para 2018. As burocracias sindicais, porém, diante da proximida-

de da aprovação da reforma da previdência, da pressão de uma parcela dos explorados e da situação de impasse diante do futuro do imposto sindical, terminaram por convocar o dia 10/11. Em alguns estados, as manifestações foram mais massivas, enquanto que em outros não chegaram a existir. Em Fortaleza, o encerramento do ato na Superintendência Regional do MTE, por sua vez, não foi casual. Expressa a estratégia das direções colaboracionistas em aliar-se com a justiça do trabalho, cuja burocracia se sente ameaçada pela implantação da lei 13.467/17.

O POR se dedicou a convocar os explorados para o ato do dia 10/11. Para isso, realizou agitação em porta de fábricas, escolas e universidades. Reuniu simpatizantes num bloco classista e revolucionário, que interveio no ato com palavras de ordem, vendagem de jornal e panfletagem.

É preciso extrair da experiência do dia 10 de novembro que a tarefa mais imediata continua sendo a de impulsionar a campanha pela Frente Única Sindical e retomada da greve geral para sepultar, através da ação direta, as malditas reformas trabalhista e da previdência e todo o conjunto do ajuste fiscal do governo, que não têm outro objetivo senão o de descarregar a crise econômica sobre nossos ombros.

Recife

Cinco mil marcham contra a implementação da reforma trabalhista

O dia 10 de novembro, na capital pernambucana, envolveu todas as centrais sindicais. Além das direções, uma parte das bases também compareceu às ruas. Houve uma concentração na praça do Derby, desde as 9h da manhã, no que os organizadores chamaram de “Assembleia geral de Trabalhadores”. Sob o sol de meio dia, os manifestantes saíram em marcha pela Avenida Agamenon Magalhães até a Superintendência Regional do Trabalho (SRT).

Se, em 14 de Setembro, o ato aconteceu com cerca de dois mil participantes, sendo a maioria do funcionalismo público, desta vez, mais setores se somaram. Urbanitários tiveram grande presença e marcharam sob a defesa da rejeição à privatização da CHESF, Eletrobrás e outras estatais. As direções de metalúrgicos, construção civil, metroviários e rodoviários estavam no ato, embora não tenham promovido assembleias para decidir pela paralisação em suas categorias. Em seu primeiro dia de greve, os técnicos das universidades federais também estiveram presentes. Notou-se a ausência do MTST, geralmente bastante numeroso.

A tônica da CUT, na fala de seu presidente Carlos Veras, em frente à SRT, foi no abaixo assinado pela revogação da reforma trabalhista, que levaria a um projeto de iniciativa popular que reverteria as medidas de ataque de Temer. Já a Força Sindical, com sua política mais abertamente pró-burguesa, se gabou da boa relação que a central tem com o superintendente, como se desta “parceria” os trabalhadores pudessem

Apesar do nome de assembleia, não houve democracia no ato. A plenária organizativa foi fechada entre a cúpula das centrais.

esperar algo. A CSP-Conlutas, apesar do discurso mais radicalizado no ato, concluiu sua reunião preparatória com a fala de um dirigente, dizendo aos presentes que não desanimassem, pois havia várias ações diretas de inconstitucionalidade que poderiam reverter pontos. Ou seja, a tônica geral foi a de confiar no terreno da própria burguesia.

Apesar do nome de assembleia, não houve democracia no ato. A plenária organizativa foi fechada entre a cúpula das centrais. No carro de som, as falas eram concentradas. Duas para cada central e três para sindicatos e organizações autorizados por cada central. Além disso, nada seria decidido ali. Afirmaram que haveria espaço para a fala dos partidos. O POR se inscreveu desde o início. Os burocratas queriam dar a fala apenas aos partidos com mandato, para garantir a expressão da deputada federal e presidente do PCdoB, Luciana Santos, que já está em campanha para o Senado em 2018. Ante o impasse, ninguém falou. Nem PSTU, nem POR e nem PCdoB. Mas, na verdade, só o POR não falou. Os outros partidos se expressaram por meio de seus sindicatos e centrais.

O partido atuou com uma banca na concentração, distribuiu um manifesto e marchou sob nossa bandeira. Defendeu a independência de classe para enfrentar os ataques de Temer, seja nos métodos da ação direta, na necessidade de erguer a frente única anti-imperialista, como na estratégia própria de poder, o governo operário e camponês, fruto da revolução proletária.

São Paulo

Prevaleceu o divisionismo

As manifestações do dia 10 de novembro em São Paulo se deram em consonância com o chamado nacional das centrais contra a implementação da Reforma Trabalhista. Não foi um dia de greve geral. A orientação de cruzar os braços ou atrasar a entrada nos locais de trabalho não foi colocada em prática uniformemente. E alguns locais e setores, onde a presença das direções conciliadoras era mais fraca, a base pôde expressar sua insatisfação em relação aos problemas que atingem a classe. E existe muita insatisfação represada – a greve geral de 28 de abril demonstrou isso. Não é para menos, os ataques, a exemplo da própria Reforma Trabalhista, são muito profundos. A regressão nos direitos e nas condições de vida é severa.

Apesar disso, a Força Sindical e outras centrais traidoras continuam colaborando abertamente com o governo golpista na implementação das medidas antinacionais e antipopulares. Os petistas têm apostado no encaminhamento de um abaixo-assinado em apoio ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) que anule a reforma. Ou seja, optaram pela via

da passividade. A orientação dada por Lula, de esquecer o “Fora Temer” tem sido aplicada disciplinadamente pela CUT. Tem a ver com a linha de consolidação do PT como oposição burguesa, visando a potenciar a candidatura do caudilho Lula para 2018. Em relação às aposentadorias, as burocracias sindicais seguem com a bravata de que “se mexer na Previdência, o Brasil vai parar”.

Ainda assim, não é possível às direções sindicais permanecerem completamente inertes. Precisam realizar algumas ações para marcar posição. Não podem ignorar totalmente a pressão que vem das bases. O ato na Praça da Sé reuniu milhares de trabalhadores, mas não esteve amparado numa ampla paralisação fabril. Contou com uma rápida passagem da manifestação do SINPEEM, sindicatos dos professores da rede municipal de São Paulo, que havia realizado sua assembleia em frente à Prefeitura. Uma parte dos que se encontravam na Sé acabou subindo em conjunto com o SINPEEM até a Av. Paulista. Sobre o SINPEEM, cabe ressaltar: o presidente

do sindicato, vereador Cláudio Fonseca (PPS), encaminhou somente três propostas: que a diretoria estaria autorizada a convocar greve caso a Prefeitura atrasasse ou parcelasse os salários; que a diretoria procedesse da mesma forma caso o projeto de reforma da Previdência municipal (Sampaprev) avançasse na Câmara; e a participação na caravana à Brasília, contra a Reforma da Previdência em âmbito federal.

Embora houvesse acordo geral com essas propostas, é evidente a sua insuficiência. Basta imaginar a situação em que a Prefeitura realmente afronte os trabalhadores e avance com suas medidas (o que não é nenhum absurdo, considerando o grau de ofensiva dos governos nessa conjuntura). Se a diretoria tiver de cumprir a promessa e convocar a greve, não contará com o devido trabalho junto às escolas. Era extremamente importante ter aprovado a formação dos comitês nos bairros e medidas análogas, visando à organização e a unidade com outros setores.

Sobre o possível atraso/parcelamento, trata-se de uma ameaça feita em Diário Oficial pelo prefeito Doria/PSDB, dizendo que tomaria tais medidas no caso da não aprovação das mudanças no regime previdenciário. Mais um ataque da atual gestão contra os trabalhadores. Foi essa questão, inclusive, a responsável pelo relativo sucesso da paralisação da educação municipal.

A passeata das centrais terminou passivamente seu trajeto

na Av. Paulista. A ausência da classe operária organizada era evidente. Cabe ainda destacar a divisão do movimento. Uma parte realizou a manifestação no centro da capital e outra, encabeçada pelo funcionalismo, no Palácio dos Bandeirantes.

O ato do funcionalismo, majoritariamente da Apeoesp, serviu apenas para dividir o movimento. Não houve paralisação do funcionalismo, sequer das escolas. Contou com a vanguarda, que marchou até o Palácio. Já havia um acordo entre as direções sindicais e o governo de receber a comissão, constituída por representantes de entidades do funcionalismo. Depois de muito tempo, a comissão retornou e comunicou que havia protocolado as reivindicações. Melancolicamente, os manifestantes foram se afastando do Palácio dos Bandeirantes..

O Partido Operário Revolucionário atuou no centro da capital e no Palácio. Defendeu a unificação dos atos na Av. Paulista, com a retomada da greve geral. Esteve nas fábricas fazendo a agitação em torno do dia 10 de novembro e participou ativamente das manifestações nesse dia. Considera fundamental a classe operária assumir a dianteira do combate contra as reformas, em defesa dos empregos, dos salários e das condições de vida. Tem feito a denúncia da traição das burocracias sindicais e sua política de conciliação de classes. Continuará realizando a defesa do método da ação direta e da independência de classe, guiado pela estratégia do governo operário e camponês e do socialismo.

Notas sobre a distribuição do Boletim Nossa Classe, que convocava para as manifestações do dia 10 de novembro.

Na Cinpal – Taboão da Serra

A Cinpal é uma fábrica metalúrgica que fica em Taboão da Serra, região metropolitana de São Paulo. No dia 28 de abril, os trabalhadores paralisaram as atividades, integrando o dia de greve geral. Soube-se posteriormente que o Sindmetal, ligado à Força Sindical, negociou a paralisação com o patrão, mediante reposição do dia de trabalho. De lá para cá, os operários não repetiram a mobilização de abril. Mostram-se dispostos a agir, mas, ao mesmo tempo, desconfiados em relação à sua direção.

Foi o que se viu no dia 10 de novembro. Alguns membros da diretoria compareceram diante do portão de entrada e realizaram uma “assembleia”. As aspas se justificam pelo tom de ironia. Na verdade, não foi uma assembleia. No microfone, o burocrata falava genericamente sobre a situação, sobre a reforma trabalhista, que passaria a vigorar no dia seguinte, e sobre a reforma da previdência. E sobre o fato das centrais terem convocado para aquele dia uma paralisação nacional, com realização de manifestações? Bem, isso ele comentou somente de passagem. Por outro lado, frisou diversas vezes que no dia seguinte (um sábado) faria uma “assembleia” para “decidir os rumos da campanha salarial” e as “possíveis propostas patronais”.

(...) os operários da Cinpal precisam romper a camisa-de-força que representa essa direção traidora. O boletim Nossa Classe está a serviço desse combate.

Os operários passavam sem dar importância ao sindicato, giravam a catraca e se deslocavam ao seu local de trabalho. Enquanto isso, o diretor dizia: “a nossa prioridade é defender a Convenção Coletiva”. Os operários deviam estar se perguntando: “defender” como, se o sindicato não faz nada? A verdade é que essa direção capitulou diante da reforma trabalhista. No site do sindicato encontra-se a seguinte consideração: “queremos a aprovação de 19 cláusulas que visam a blindar os direitos da categoria em relação a nova legislação trabalhista”. Nenhuma palavra sobre derrotar a reforma. Dessa maneira, “blindar os direitos da categoria” comparece como uma política corporativista. Essa “blindagem” significa: “os demais trabalhadores do país que se lasquem!”.

O POR esteve na porta da fábrica na quinta e na sexta-feira, dias 9 e 10, com o boletim Nossa Classe e com um material especial aprovado na subsede Itapeverica da Serra da Apeoesp, com um chamado à mobilização. Em ambos os materiais constava a defesa da independência de classe e a defesa do método da ação direta. Esse é o caminho: os operários da Cinpal precisam romper a camisa-de-força que representa essa direção traidora. O boletim Nossa Classe está inteiramente a serviço desse combate.

Burocracia sindical dos vidreiros não fez campanha pelo dia 10 de novembro

O boletim Nossa Classe foi distribuído na indústria de vidros Santa Marina, com o chamado para a paralisação nacional contra as reformas, convocada pelas centrais sindicais e sindicatos, para o dia 10 de novembro. No mesmo dia, a burocracia sindical cutista estava presente na porta da fábrica. Realizava uma assembleia para deliberar os itens da campanha salarial.

Com menos de cem operários espalhados pelas calçadas, colocou para votação a pauta de reivindicações: aumento salarial de 5% no piso salarial e 4% no salário nominal, cesta básica e creche no local de trabalho. Além disso, tratou, nos discursos que antecederam a votação, da importância dos operários resistirem à implantação da reforma trabalhista. Explicava que cabia aos operários denunciarem qualquer tentativa dos patrões em alterar os contratos de trabalho, com vistas a se enquadrarem na nova lei trabalhista. Ou seja, após permitir a votação da reforma trabalhista sem nenhuma luta organizada, agora jogam nas costas dos operários a responsa-

bilidade de vigiar os patrões para que não implantem as leis que irão precarizar a vida da maioria explorada.

Encerraram a assembleia discursando sobre a importância da unidade dos operários para barrar a implantação da reforma. No entanto, contraditoriamente, não fizeram qualquer menção à paralisação que iria ocorrer dois dias depois. Quando questionados pelos militantes que distribuíam o Boletim Nossa Classe, simplesmente justificaram que haviam esquecido este ponto. Perguntados se haveria alguma ação na porta da fábrica no dia para que pudessemos integrar o movimento, argumentaram que ainda não haviam planejado nada.

Como se vê, a burocracia sindical cutista não estava disposta a organizar os operários para que paralisassem as atividades. Vale lembrar que essa fábrica paralisou no dia 28 de abril, dia da greve geral. A conclusão é que a ausência de uma direção revolucionária na organização da classe operária reflete em sua apatia diante dos violentos ataques dos patrões e dos governos. Portanto, é urgente a construção do partido operário revolucionário, assim como a formação das frações revolucionárias no interior dos sindicatos e centrais.

O estado burguês quer pôr fim à estabilidade aos servidores públicos!

No início de outubro, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou a proposta que propõe fim à estabilidade no serviço público do funcionalismo com baixo desempenho nas atividades desenvolvidas. O relator do projeto de lei, o senador Lasier Martins (PSD/RS), da base de apoio do governo golpista e corrupto de Temer/PMDB/DEM/PSDB, defendeu o fim da estabilidade.

Desta maneira, os agentes da burguesia no estado impõem a regulamentação do artigo 41, parágrafo primeiro, da Constituição. Esse dispositivo já determina que o servidor estável – já transposto o período de três anos de estágio probatório – fica sob risco de perder seu posto de concursado em caso de resultado insatisfatório “mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa”. Assim, o projeto de lei abre o caminho da perseguição política direta, presidente da república, governadores, prefeitos, secretários etc. para demissão do servidor indesejado (questionador, lutador e divergentes com os chefes imediatos, etc.).

Este projeto faz parte do conjunto de medidas do golpe institucional contra o governo Dilma/PT em que os capitalistas impuseram o ajuste fiscal severo, como, por exemplo:

o gasto do teto dos serviços por 20 anos, escola sem partido, o ensino religioso, a cura gay, redução da maioridade penal, aprovação da lei da terceirização, as reformas do ensino médio, trabalhista e a previdenciária para assim garantir o grande lucro e parasitismo financeiro dos capitalistas nacionais e internacionais.

O Partido Operário Revolucionário/POR defende o princípio de “PARA TRABALHO IGUAL, SALÁRIO E DIREITOS IGUAIS”, a efetivação de todos trabalhadores terceirizados ou temporários no serviço público e a estabilidade dos trabalhadores da iniciativa privada.

A luta que defendemos é para derrotar o conjunto das reformas do governo golpista, pois a tarefa mais urgente do momento é retomar a greve geral. Como também, é preciso a unidade dos trabalhadores do serviço público e privado e demais oprimidos para que se armem com o programa revolucionário e superem a luta no marco sindical, abrindo caminho para a instalação de um governo operário e camponês, fruto da revolução social, e construir a frente única anti-imperialista e anticapitalista. Só assim iremos colocar abaixo a ditadura civil de Temer/PMDB/DEM/PSDB e suas medidas.



Desfaçatez de Temer

O presidente golpista comemorou a Proclamação da República em Itu, interior paulista. Acompanhado do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, utilizou a cidade pelo simbolismo histórico que conserva.

A oligarquia paulista esteve à frente da Proclamação. Dezesseis anos antes, em 1873, a nata da burguesia cafeicultora se reuniu em Itu, sob a inspiração do anfitrião Prudente de Moraes, para constituir um movimento pela substituição do regime monárquico pelo republicano. A Convenção Republicana – assim ficou denominada a reunião de Itu – deu origem ao Partido Republicano de São Paulo. Esse permitiu à oligarquia paulista se aliar às oligarquias mineira e fluminense que impulsionavam a finalização da transição do sistema escravista colonial para o sistema capitalista de exploração da força de trabalho livre, assalariado.

Os cafeicultores, latifundiários, dos três principais estados do Sudeste necessitavam romper definitivamente com a arcaica estrutura anterior, que já não permitia às forças produtivas capitalistas se desenvolverem. A República possibilitaria avançar a mudança na correlação de forças, portanto, de poder entre a velha oligarquia constituída sobre a base do latifúndio açucareiro, escravista e agroexportador, portanto, pré-capitalista, sediada no Nordeste. As frações oligárquicas cafeieiras passaram a chefiar as forças produtivas capitalistas desde o Sudeste. O Império passou a se chocar com as necessidades da oligarquia cafeicultora, agroexportadora. Não por acaso, a Convenção Republicana de Itu deu origem não apenas ao Partido Republicano, mas também ao porta-voz da oligarquia paulista, que foi o jornal O Estado de São Paulo, originalmente denominado A Província de São Paulo.

A lembrança desses fatos se deveu ao discurso de Temer que procurou se apresentar como um republicano federalista e democrata. Curiosamente, criticou o poder centralizador, autoritário. Eis: “Se não prestigiarmos certos princípios constitucionais, nossa tendência é caminhar para o autoritarismo. Nós, brasileiros, temos tendência à centralização.” Acaba responsabilizando o povo pelas tendências centralizadoras-autoritárias da burguesia oligárquica. “Mas a nossa vocação centralizadora e, convenhamos, quando os movimentos centralizadores ocorrem, não por simplesmente um golpe de Estado, é porque o povo também quer, acaba desejando, no fundo isso”. Temer recorreu a esse caminho para chegar ao seu governo. O gesto era de dar tranquilidade às forças políticas da burguesia. Mostrou-se partidário do “diálogo” e “respeito” entre os poderes do Estado. Concluiu: “As pessoas ficam preocupadas com o que está acontecendo no Brasil. Nós sabemos que as instituições funcionam tranquilamente no País. Autonomia entre os Poderes está havendo e nós só fazemos reforçá-la. Tivemos várias contestações, vários eventos que tentaram paralisar o Brasil, mas a caravana foi passando.”

De fato, a caravana de Temer passou pela contundente crise política provocada pelas denúncias de corrupção. O Congresso Nacional, que serviu de órgão do golpe institucional contra o governo de Dilma Rousseff, esteve e está em suas mãos, e vice-versa. Não foi necessário tomar medidas centralizadoras por cima dos demais poderes, uma vez que todos eles estiveram alinhados ao movimento pela derrubada do governo petista. O fio condutor da unidade burguesa foi traçado pelas reformas antinacionais e antipopulares. Aí se impôs a centralização autoritária. A oposição encarnada pelo PT estava derrotada e ajoelhada diante das decisões do Con-

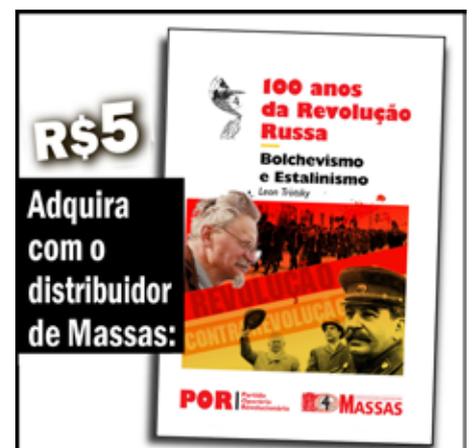
A República nasceu de um golpe militar, apoiado na oligarquia dos estados mais poderosos e que até hoje continuam a comandar o País. Não rompeu com a centralização burocrático-oligárquica, apenas substituiu a sua forma monárquica pela republicana. O golpe de Estado encabeçado por Temer é mais uma de suas expressões históricas. Desta vez, para enfiar as medidas e reformas goela abaixo dos explorados.

gresso Nacional golpista.

As forças burguesas, certamente, recorrem ao “povo” para impulsionar e sustentar suas tendências centralizadoras. Via de regra, arrastam as camadas da classe média que se beneficiam da superexploração imposta à classe operária e da opressão sobre os camponeses pobres. Por mais que se tente negar que o golpe que destituiu Dilma Rousseff expressou e expressa as tendências centralizadoras autoritárias, os acontecimentos indicam o contrário.

A República nasceu de um golpe militar, apoiado na oligarquia dos estados mais poderosos e que até hoje continuam a comandar o País. Não rompeu com a centralização burocrático-oligárquica, apenas substituiu a sua forma monárquica pela republicana. O golpe de Estado encabeçado por Temer é mais uma de suas expressões históricas. Desta vez, para enfiar as medidas e reformas goela abaixo dos explorados.

É um engano achar que as eleições de 2018 reverterão o curso da tendência autoritária da burguesia. Sua dinâmica, agora, responde à particular crise econômica de ordem mundial. É importante compreender a fundo os movimentos ditatoriais para combater pelo programa proletário e impulsionar a luta das massas contra o poder dos exploradores.



A via de manutenção da burguesia no poder

Temer passou pelo embate com o Ministério Público. Venceu a mais aguda crise política. E retomou a ofensiva contra os explorados com a reforma da previdência. A unidade da frente golpista foi mantida para assegurar a governabilidade nas condições de repúdio geral das massas a Temer. O Congresso Nacional cumpriu sua função de órgão do golpe de Estado. Tudo indica que se abriu uma nova situação pós-impeachment. De maneira que os partidos da ordem começam a se preparar para as eleições de 2018.

O PSDB de São Paulo ergueu a bandeira da candidatura de Geraldo Alckmin. A queda de Aécio Neves favoreceu os partidários do governador paulista. Trava-se uma dura disputa intestina. A direita enfileirada por trás de Jair Bolsonaro procura pintá-lo do que não é e, assim, viabilizar seu nome. Divulgou seu “Comunicado aos Cidadãos do Brasil”. O PT se esfalfa em defesa de Lula. Ergue a bandeira de “Eleições sem Lula é fraude”. Usa as manifestações contra o governo Temer e o abaixo assinado pela revogação da reforma trabalhista como meios de fazer campanha eleitoral antecipada. O PCdoB lançou a pré-candidatura de Manuela D’Ávila e move-se no sentido de constituir alianças eleitorais. O PSOL realizou suas convenções estaduais com os olhos no 6º Congresso a ser realizado em dezembro. Especula-se sobre a aproximação do pequeno caudilho do MTST, Guilherme Boulos. A indecisão preocupa algumas das correntes que veem a necessidade de ter um nome que congregue o partido. O PMDB está empenhado em garantir um final minimamente abonador para seu governo. Joga com a reforma ministerial. Provavelmente, liderará uma coligação, apesar de não ter um candidato antecipadamente viável. Os demais partidos orbitam em torno do governo que lhes dá acesso a cargos e verbas públicas. A avaliação geral é a de que o impeachment é acontecimento do passado. Daqui para frente, os partidos da ordem passam a correr em busca de um bom posicionamento eleitoral. Três caminhos principais, por enquanto, indicam por onde passarão as disputas interburguesas. O do PSDB que começa a se afastar do impopular Temer; o do PT que depende de como a Justiça decidirá sobre o processo contra Lula; e o da candidatura do aventureiro Bolsonaro do insignificante PSC. Todas as três

variantes levam a constituir governos comprometidos com a manutenção do capitalismo.

Evidentemente, na hipótese de uma disputa entre Lula e Bolsonaro, se criaria um clima no País de polarização entre esquerda e direita da política burguesa. No caso de Lula e Alckmin, o PT utilizará do fato do PSDB ter sido protagonista do golpe e integrar o governo de Temer. De qualquer forma, o campo golpista e não golpista poderá guiar as campanhas. Não estão descartadas, porém, alianças do PT com partidos do golpe, como já prenunciou Lula. Essas já estão sendo negociadas nos estados.

Esse exercício especulativo está de acordo com as movimentações dos partidos da burguesia, no momento. É importante denunciar desde já as manobras eleitorais, uma vez que servem para canalizar a revolta dos explorados para a política burguesa. O PT tem particular importância. Controla a CUT, MST e movimentos populares. A sua esquerda, como a corrente lambertista “O Trabalho”, diz: “Sim, a única alternativa ao caos, palpável à maioria do povo trabalhador é Lula presidente para devolver tudo que está sendo roubado dos trabalhadores e da nação e destrancar o garrote das instituições que condenam a nação ao atraso”. Esse blefe petista serve à burguesia e não aos explorados.

A experiência já demonstrou que Lula e Dilma governaram de acordo com os interesses gerais da classe capitalista e do imperialismo. O nacional-reformismo se mostrou impotente e foi apeado do poder pelo golpe de Estado. Caso Lula volte ao poder, será um auxiliar da classe capitalista muito mais exemplar. Os esquerdistas democratizantes e revisionistas do trotskismo fecharam os olhos à traição da CUT, do PT e da Frente Brasil Popular à luta das massas, desativando o movimento nacional depois da greve geral de 28 de abril.

A tarefa do momento é precisamente oposta à preparação eleitoral. Trata-se de retomar a luta grevista para breca a reforma da previdência, resistir à aplicação da reforma trabalhista, combater as medidas privatistas e desnacionalizadoras, bem como enfrentar de conjunto a política do governo golpista de sustentar a dívida pública parasitária descarregando-a sobre as massas.

(...) Lula e Dilma governaram de acordo com os interesses gerais da classe capitalista e do imperialismo. O nacional-reformismo se mostrou impotente e foi apeado do poder pelo golpe de Estado. Caso Lula volte ao poder, será um auxiliar da classe capitalista muito mais exemplar.

LANÇAMENTO ▶

R\$ 35

100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

A seriedade do PCdoB

Em uma entrevista, Manuela D'Ávila, deputada estadual, no Rio Grande do Sul, enfatizou que seu partido, o PCdoB, “é um partido sério”. Essa frase conclui a resposta à pergunta do jornal O Estado de São Paulo que quis saber o que fará para reverter a oposição do “mercado”. Manuela explicou sucintamente: “Não há razão para o mercado se assustar com o PCdoB. Vamos procurar os setores econômicos vinculados à indústria nacional. O PCdoB é um partido sério.”

O que seria um partido não sério? Seria aquele que se levantasse contra o “mercado”, em outras palavras, contra a burguesia. Conservando ainda restos de tintura do nacionalismo estalinista, o PCdoB restringe a sua procura de apoio a setores da indústria nacional.

Manuela deixou claro que seu partido está disposto a se aliar com aqueles que promoveram o impeachment de Dilma. “Nós caracterizamos o que aconteceu como um golpe institucional. A partir disso, achamos que essa eleição é momento de debate de futuro, não de passado.” O que passou, passou. Agora, é nova vida. Olhar para o futuro. Essa é a seriedade do PCdoB. Ignora que os partidos da burguesia organizaram o golpe para impor as brutais reformas antinacionais e antipopulares. A reforma trabalhista foi votada e entrou em vigor, logo os partidos que a promoveu já não têm responsabilidade. Este ou aquele, assim, pode vir a ser um possível aliado. É claro que Manuela apresentará a proposta de um “referendo revogatório sobre algumas medidas”.

A pré-candidata acha que depois “da ruptura democrá-

tica do ano passado, surgiu um novo ciclo”. O PCdoB quer se projetar na nova situação lançando pela terceira vez na sua história uma candidatura própria. Assim o considera porque diz ser o verdadeiro continuador do PC fundado em 1922. Dá a entender que poderá firmar sua candidatura, para no segundo turno se juntar a um dos lados.

Suspeita-se, porém, que o PCdoB aspira a vice-presidência no caso de Lula concorrer. O estalinismo é afeito às frentes populares, que Manuela chama de “frente ampla”.

É quase certa a reeleição de Flávio Dino a governador do Maranhão. O PT tanto pode se aliar ao PMDB de José Sarney quanto ao PCdoB. Esse é um campo de negociação que os petistas avaliam de acordo com interesses eleitorais bem determinados por sua direção. Todos estão conformados com a estabilização da ditadura civil de Temer. Esperam que conclua o seu mandato atribuído pelo golpe institucional e convoque as eleições. Assim, ficaria para trás o tormento da “ruptura democrática” e a democracia burguesa voltaria ao seu eixo normal.

O PCdoB, como o PT, desconhece o fortalecimento das tendências ditatoriais da burguesia. Ambos vêm trabalhando por comparecer como oposição institucional, parlamentar, ao governo de Temer e à sua política econômica. Esperam que o ódio dos explorados os empurre a depositar seus votos nas candidaturas que agitaram o Congresso Nacional em defesa do governo Dilma e do “Estado de Direito”.

Não é novidade o fato do PCdoB se ter penhorado na política burguesa até o fígado. Infelizmente, continua a manchar a bandeira do comunismo.

14ª Marcha da Consciência Negra

O objetivo de nossa luta é o fim do racismo e toda sorte de discriminação

No ano passado, a 13ª Marcha da Consciência Negra esteve diante de um governo instalado há seis meses. Governo esse imposto ao País por um golpe de Estado. Agora, depois de um ano, enfrentamos um dos maiores ataques às condições de existência dos explorados.

No dia 11 de novembro, entrou em vigor a brutal reforma trabalhista. Sua aplicação atingirá todos os assalariados, negros e brancos. No entanto, esmagará ainda mais as massas negras. Essas constituem a maioria da população brasileira etambém a maior parte da força de trabalho assalariada. A greve geral de 28 de abril mostrou o caminho para derrubar e enterrar as reformas antinacionais e antipopulares de Temer. Cabe à 14ª Marcha exigir das centrais sindicais a retomada da greve geral.

As fileiras da classe operária contam com a maioria negra. Nelas se encontram as camadas mais pobres e miseráveis, que arcam com o salário mínimo de fome. Padecem do desemprego, do subemprego, das jornadas mais pesadas e das ativida-

des mais sacrificantes.

Os imensos bairros operários, dos quais as favelas são apenas sua parte mais empobrecida, constituem depósitos de desempregados disponíveis à exploração capitalista. Não por acaso, os bairros operários concentram a maioria da população negra. Está aí por que são marcados pela miséria, pela violência e pela mortandade.

Enquanto a juventude negra convive com o regime do desemprego, subemprego, salário mínimo, narcotráfico, assassinatos e chacinas, a burguesia branca acumula riqueza e sua fração narcotraficante tem as mãos livres para mover seus lucrativos negócios. Nessa fase da vida, quando a juventude se prepara para ingressar no trabalho, corre de um lado para outro sem conseguir um emprego e um salário condizente com as necessidades básicas. Está aí por que enfrenta o drama de se vincular ao tráfico e toda sorte de criminalidade para sobreviver. É estarrecedor esse caminho que leva à prisão e à morte precoce. O Estado burguês não tem outra resposta a não ser a

repressão policial. O que potencia ainda mais a barbárie. Nossa luta, portanto, é de classe. É com a organização independente da classe operária que quebraremos a ditadura de classe da burguesia sobre a maioria oprimida.

A gravidade das condições das massas negras – não só no Brasil, mas em todo o mundo – obrigou o Estado burguês a criar programas denominados de “ações afirmativas e reparatórias”. Na década de 1990, foram dados os primeiros passos nesse sentido. O governo neoliberal, antinacional e antipopular de Fernando Henrique Cardoso estabeleceu as bases da “promoção da igualdade racial”. Formalizou essa política constituindo o “Conselho Nacional de Combate à Discriminação”. Estabeleceu um programa voltado à universidade. O governo do PSDB, na realidade, respondeu ao movimento criado pela ONU. Sob a bandeira dos direitos humanos desfraldada pelas potências, foi realizada a Conferência Mundial contra o racismo, na qual se aprovou a Declaração de Durban. Determinou-se a diretriz das “ações afirmativas”. Será no governo de Lula, porém, que se concretizam programas, que têm por objetivo “promover a igualdade racial”. Criaram-se uma Secretaria, em seguida, um Ministério e, finalmente, o Conselho Nacional

com uma massiva manifestação em Brasília, pressionou o governo de Fernando Henrique Cardoso a assumir a questão racial como política de Estado. Certamente, a Lei Afonso Arinos, 1951, proibindo a discriminação racial, foi um marco na legislação burguesa e a Lei Caó, 1989, deu um passo à frente tipificando o crime de racismo. O Estatuto da Igualdade Racial sistematizou juridicamente todo o desenvolvimento da luta por uma legislação protetora dos negros. Não é, portanto, por falta de leis e de organismos estatais que permanecem o racismo e a odiosa discriminação. Quanto mais essas se ampliaram e se aperfeiçoaram, mais o Estado reconheceu e reconhece a profundidade e a gravidade da opressão sobre os negros. Tal reconhecimento, no entanto, não se converteu em solução.

O PT e setores do movimento negro avaliam que sob os governos de Lula e Dilma reduziram-se as desigualdades entre trabalhadores negros e brancos, que indicam uma diminuição da discriminação racial. Mas também estão obrigados a reconhecer que está longe de se aproximar da superação do abismo racial. O que se fez em uma década de governo nacional-reformista do PT foi tão somente colocar um bálsamo nas feridas sociais. Em linhas gerais, o progresso na legislação não foi acompanhado por reais mudanças na discriminação social dos negros. Essas medidas de “ações afirmativas e reparação histórica” se circunscreveram ao breve período de crescimento econômico do Brasil. Em outras palavras, não era possível manter tal política por muito tempo. Mesmo nas condições favoráveis, a discriminação, a desigualdade e a violência policial continuaram a golpear a vida da maioria negra. As ilusões sobre a possibilidade no capitalismo de se criar “as bases da igualdade racial” desmoronaram ainda no governo de Dilma Rousseff, quando a recessão tomou conta da economia e o patronato passou a demitir em massa. Já não se podia sustentar a tese da distribuição de renda por meio da “valorização” do salário mínimo e do “pleno emprego”. O critério de cotas raciais se mostrou ultralimitado. Os dois esteios da política de Estado concebidos pelo nacional-reformismo, que foram os da distribuição de renda e da promoção da igualdade racial pela via da educação, ruíram assim que a crise mundial do capitalismo arrastou o Brasil.



O percurso de ascensão das políticas de redução e queda da desigualdade racial mostra claramente que está determinado pelas condições econômicas do capitalismo e da exploração do trabalho. A ideia de se “criar as bases da igualdade” independente da economia e da exploração do trabalho não se sustenta. É utópica e reacionária. Desarma o proletariado para enfrentar todas as manifestações da opressão social.

de Promoção de Igualdade Racial. O governo patrocinou três Conferências e, por decreto, implantou o “Plano Nacional de Promoção de Igualdade Racial”. Esse processo, que percorre mais de uma década, desembocou no Estatuto da Igualdade Racial, cujas diretrizes coíbem por lei a discriminação e preveem políticas de diminuição da desigualdade que atinge os negros. Uma das medidas mais importantes decorrente do Estatuto foi a Lei das Cotas.

Desde 1930, despontou o movimento de negros, voltado a exigir do Estado uma legislação de proteção contra o racismo e as discriminações. A Marcha Zumbi, de 1995, que culminou

O golpe de Estado pôs fim de vez à cambaleante política de “ações afirmativas e reparações históricas”. Os interesses do capital financeiro, das multinacionais e do imperialismo se sobrepuseram ao curso do nacional-reformismo, que já se encontrava esgotado. Para a burguesia e seus governos, nenhuma medida de “ação afirmativa, reparação histórica e inclusão social” pode atrapalhar a sustentação prioritária da gigantesca dívida pública e da insuportável carga de juros. Tudo que dificulta o aumento da exploração do trabalho tem de ser eliminado. A crise econômica passou a ditar a política inteiramente ajustada aos interesses da burguesia e contraposta às mas-

sas exploradas. As diretrizes da ONU e da Conferência de Durban, que foram assumidas de início pelo governo pró-imperialista de Fernando Henrique Cardoso, perderam a vigência. O desemprego e a pobreza mundial voltaram a abruptamente a crescer. No Brasil, o desemprego e o subemprego atingiram 26 milhões. Desse contingente, a maioria é negra.

O percurso de ascensão das políticas de redução e queda da desigualdade racial mostra claramente que está determinado pelas condições econômicas do capitalismo e da exploração do trabalho. A ideia de se “criar as bases da igualdade” independente da economia e da exploração do trabalho não se sustenta. É utópica e reacionária. Desarma o proletariado para enfrentar todas as manifestações da opressão social.

É conhecido e suficientemente explicado pela própria historiografia e sociologia burguesas que a diferenciação entre negros e brancos trabalhadores tem suas raízes na escravidão. A incorporação dos negros como força de trabalho no capitalismo se deu sob a intensa exploração e sob a formação do exército de desempregados. A discriminação no pagamento dos salários e na compra da mão-de-obra pelos capitalistas se adensou no período da imigração da força de trabalho branca. O racismo ideológico se constituiu sobre a base material da exploração geral do trabalho, que inclui negros e brancos. A classe operária é formada de negros e brancos. É a burguesia que promove a discriminação em função de seus objetivos econômicos.

Observa-se, porém, que o movimento operário carece de um programa que responda ao racismo e às discriminações. O que dificulta a incorporação das massas negras no combate à exploração do trabalho. É o que explica a preponderância das camadas de classe média negra no movimento contra o racismo. É do interesse da burguesia o crescimento dessa classe para a qual são destinadas, em última instância, as “ações afirmativas”. O critério de cotas representa graficamente essa orientação. Eis por que o Estado e seus governos não adotam respostas gerais, que abarcam todos os negros. A política de minorias tão somente acoberta as condições gerais da opressão sobre a maioria negra.

A medida universal e, portanto, a mais importante apresentada pelo governo do PT, foi a da “valorização do salário mínimo”. Ocorre que foi adotada sob o critério de aumento a conta-gotas e limitado a um percentual que não corresponde às reais necessidades da família trabalhadora. Sem dúvida, um salário mínimo vital favoreceria especialmente os negros. O que somente será imposto à burguesia por um poderoso movimento da classe operária e da maioria oprimida. O critério de “trabalho igual, salário igual” não pode ser assumido por nenhum governo burguês e por nenhum Congresso Nacional. Essa diferenciação compõe a estrutura econômica e social do capitalismo. E, finalmente, o emprego a todos por meio da aplicação da escala móvel das horas de trabalho completa a luta consequente contra a discriminação dos negros. Salário mínimo vital, trabalho igual/salário igual e emprego a todos formam as bases do programa operário.

O governo Temer e o Congresso Nacional aprovaram a reforma trabalhista e a burguesia já pode aplicá-la. A terceirização ilimitada, o trabalho intermitente, o aumento da jornada e a quebra de direitos (férias parceladas, insalubridade, etc.) recairão em grande parte sobre as massas negras. Só falta ago-

ra a aprovação da reforma da previdência, que inviabilizará a aposentadoria para milhões. Também neste caso atingirá frontalmente os negros, que arcam com maior tempo de desemprego e subemprego. A PEC do teto, por sua vez, atingiu os serviços mais elementares, como saúde, educação e moradia. O retrocesso nas condições de existência dos explorados será brutal. Podemos esperar maior violência contra os negros e, em especial, contra a juventude negra.

Os nacional-reformistas, os eleitores e os carreiristas apresentam como saída as eleições de 2018. Dizem que o Brasil precisa de um governo “legítimo”, que possa fazer as reformas apoiado na população. Para eles, o governo de Temer é apenas “ilegítimo” e que por isso está impondo as reformas a despeito do que pensa a maioria dos brasileiros.

Nesta 14ª Marcha da Consciência Negra, vamos nos deparar com o chamado eleitoral, mais ou menos disfarçado. Voltarão com as bandeiras das “ações afirmativas”. Temos, ao contrário, de trilhar outro caminho, que é a de levantar o programa que de fato defende as massas negras contra a barbárie capitalista e que as unam com os milhões de explorados brancos, que também padecem da pobreza, da miséria e da fome.

Essa 14ª Marcha tem o dever de dizer bem alto que o racismo e as discriminações sobre os negros é tão somente um reflexo da opressão de classe, ou seja, da dominação da burguesia branca sobre a classe operária e demais oprimidos. Não aceitamos que nenhum movimento, que nenhuma corrente política e que nenhum sindicato oculte essa verdade elementar.

Temos de organizar o movimento negro como parte indissolúvel da classe operária. É a partir do proletariado que se pode enfrentar a burguesia e seu governo. Nossa luta não é para proteger uma minoria negra contra a barbárie, mas sim proteger todos os pobres e miseráveis. A estratégia que leva à luta consequente contra o racismo é a do governo operário e camponês, portanto, da revolução proletária.

No capitalismo não será possível emancipar as massas negras e erradicar as raízes históricas da escravidão. O máximo que se pode obter da burguesia e de seu Estado são migalhas e assim mesmo com muita luta. A bandeira do fim do racismo e das discriminações é parte do combate do proletariado pelo socialismo. Tomemos o poder da burguesia pela revolução proletária, expropriemos o grande capital e instalemos a propriedade coletiva dos meios de produção, assim iniciaremos o fim de todo tipo de opressão.

Abaixo as reformas antinacionais e antipopulares do governo golpista!

Em defesa dos empregos, salários e direitos!

Lutemos sob a bandeira de trabalho igual, salário igual!

Nenhuma discriminação entre negros e brancos!

Fim da violência policial, dos assassinatos e das chacinas!

Unir os trabalhadores negros e brancos em uma só força contra a exploração capitalista!

Retomar a greve geral!

Nosso objetivo é o fim do racismo e de todo tipo de discriminação!

Lutemos sob o programa e a estratégia da revolução proletária! Por um governo operário e camponês!

Recife-PE / Por que a juventude deve ser revolucionária?

A atividade realizada pelo POR, no sábado, 9/11, no Loteamento Grande Recife, na região metropolitana do estado, reuniu militantes da região nordeste e simpatizantes, assim como jovens do bairro. A organização foi toda feita pela própria juventude.

A atividade teve início por volta das três e meia da tarde. Inicialmente, houve uma breve caracterização do capitalismo contemporâneo e suas implicações na vida da juventude em todo território nacional. O desemprego, avanço da barbárie, cooptação pelo tráfico de drogas, degeneração tanto física quanto mental foram pontos abordados nessa primeira caracterização, para assim responder à pergunta em torno da qual girou todo o debate: Por que a juventude deve ser revolucionária?

Em seguida, as falas foram abertas para os simpatizantes do Partido do Operário Revolucionário (POR) da comunidade. Os quais fizeram ricos depoimentos de suas vivências, aprofundaram a caracterização do capitalismo em decadência e suas implicações sobre as vidas de jovens dos bairros operários. Discutiu-se o desemprego como consequência da crise econômica vivida no país. Criticou-se a campanha burguesa que transfere o peso do capitalismo parasitário para os explorados e, em particular, para a juventude, como se fosse um problema da falta de esforço individual e moral. Apointou-se a falsidade do discurso da “qualificação”, quando os jovens que se qualificam permanecem na condição de eternos aprendizes e não conseguem trabalho. Um dos participantes denunciou que o capitalismo forma uma parcela da juventude, mas devido ao desemprego a empurra para a venda de drogas. Afirmou que era avesso à política, mas à política da burguesia. Agora entende que é necessário que o proletariado lute pelo poder.

Outro participante tratou do avanço do tráfico no cotidiano de nossos jovens, seja pela via de cooptação, seja pela via do



(...) a juventude deve ser revolucionária para não morrer. Para pôr em pé, junto com os operários e camponeses, o seu governo.

embate armado entre traficantes e policiais, aumentando assim as trágicas estatísticas de violência. Enquanto preparávamos a atividade, na semana anterior, um jovem que cresceu na comunidade foi assassinado. No depoimento, o jovem afirmou: “A única coisa socializada na favela é a dor. Um morre e a gente sofre junto”.

No debate, camaradas destacaram como o mesmo drama é sofrido em outras cidades do Nordeste e do Brasil. Que além da violência física, há uma violência mental que é a agressão à capacidade produtiva dos jovens. Um jovem secundarista, que participou das ocupações de escola, defendeu a ação coletiva para resistir, denunciou o ensino deformado e sem sentido e o desafio de resistir à escola de ensino integral, que quer aprisionar os jovens e expulsar aqueles que preci-

sam também trabalhar.

Frente a esse cenário, agravado pelas reformas antinacionais e antipopulares de Temer, a resposta para a pergunta que motivou a atividade realizada não poderia ser outra: a juventude deve ser revolucionária para não morrer. Para pôr em pé, junto com os operários e camponeses, o seu governo. Foram destacadas as reivindicações transitórias, como o pleno emprego para todos os trabalhadores por meio da divisão das horas de trabalho entre todos que estejam aptos, educação vinculada à produção social, não pagamento da dívida pública e a estratégia do governo operário e camponês.

Esse é o único caminho ao qual a juventude deve se agarrar. O caminho é o da revolução socialista mundial, que porá fim a todas as opressões. A atividade aclamada por todos presentes se encerrou com o grito vivo e unido de todos: PELA RETOMADA DA GREVE GERAL E ABAIXO O GOVERNO TEMER PELA VIA DA INDEPENDÊNCIA DE CLASSE!!

Vahan é nomeado reitor da USP por Alckmin É preciso retomar a luta pelo fim do reitorado e pelo Governo Tripartite

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), nomeou o nome mais votado na lista tríplice do colégio eleitoral da USP, Vahan Agopyan, para ocupar o cargo de reitor na universidade. Não havia nenhuma dúvida de que o faria. Vahan, atual você-reitor, expressa a continuidade da gestão de Marco Antônio Zago, que comandou o maior conjunto de ataques à universidade pública e gratuita. O ajuste fiscal, política de cortes de gastos com base no ataque a direitos e cortes de gastos, imposto desde o governo federal, foi aplicado com punhos de ferro. A maior precarização, elitização, privatização da USP foram a tônica dessa reitoria. Tudo in-

dica que os ataques prosseguirão com Vahan.

Vahan participou de uma consulta eletrônica feita no último dia 23/10. Nessa consulta, foi derrotado pela candidata Maria Arminda, atual diretora da FFLCH. Candidata essa que foi eleita pela burocracia universitária de sua unidade derrotando o também mais votado numa consulta, Osvaldo Coggiola, há dois anos. Agora provou de seu próprio veneno.

Não houve resposta do movimento estudantil, nem dos funcionários ou docentes. Muito diferente do que ocorreu na última nomeação, há quatro anos. É preciso retornar a

esse momento para entender o que se passou agora.

2013: a direção do DCE é derrotada em sua política na assembleia geral

Há quatro anos, o então reitor Grandino Rodas pretendeu uma reforma do estatuto, de forma a alterar a eleição do reitor. O sindicato docente (Adusp) e o DCE defendiam que se adotasse uma consulta prévia ponderada, submetida ao Conselho Universitário (C.O.). Rodas apareceu com uma posição aparentemente mais progressista: eleição direta para reitor, respeitando a proporção estabelecida pela LDB (70% professores, 15% funcionários e 15% estudantes). Uma camada da burocracia universitária, preocupada com uma provável alteração na correlação de forças, defendeu uma ampliação do colégio eleitoral, que antes tinha 300 membros, para os atuais 2 mil, em turno único (antes havia dois turnos, o primeiro contava com as burocracias das unidades e era meramente indicativo ao C.O.). Assim foi feito, numa sessão do C.O. marcada pela proibição da entrada dos representantes discentes na reunião e pela ocupação da reitoria no dia.

Dias antes disso, a posição do DCE e Adusp foi levada a uma assembleia estudantil. A direção do DCE foi derrotada, a assembleia rechaçou a proposta da consulta subordinada ao C.O., que violava até mesmo a política conciliadora aprovada no último Congresso estudantil, de eleições com paridade de 1/3 para cada setor. A assembleia desarmou a campanha pelega da direção.

Ainda assim, a direção tentou levar adiante uma campanha pelas diretas. No último e decisivo ato público, três dias antes do C.O. que votaria a forma da eleição, compareceram 26 pessoas. Nem mesmo sua própria militância respondeu a seu chamado. Tudo apontava para um retumbante fracasso.

Mas 2013 foi o ano das grandes manifestações da juventude. Esse elemento externo pressionou me favor da luta dentro da USP. Diante da proibição da entrada dos R.D.s estudantis na sessão do C.O., convocou-se uma assembleia geral para a frente da reitoria. Os estudantes vieram em peso, aos milhares. Referendaram a ocupação da reitoria, votaram pela greve estudantil, e derrotaram a direção do DCE ao aprovarem por ampla maioria e aos gritos de “morte ao rei” as bandeiras de fim do reitorado, por um Governo Tripartite na USP, defendidas pela Corrente Proletária/POR.

Criou-se um impasse. O governo tripartite só viria com um profundo choque contra a burocracia universitária, e com a luta nas ruas em unidade com a classe operária. Essa via descartava a conciliação. Nova assembleia foi chamada, desta vez ainda maior (mais de 5 mil estudantes). Nela, a direção do DCE teve medo de se contrapor à bandeira do governo tripartite e votou a seu favor. Foi aprovada sem oposição.

Mas uma outra assembleia, convocada melindrosamente ao mesmo tempo das assembleias que elegiam delegados ao comando de greve nos cursos, foi realizada com cerca de 300 estudantes, quase na sua totalidade militantes das correntes, e se aprovou rebaixar a reivindicação do governo tripartite a mera bandeira de propaganda. Esse golpe iniciou o processo de sabotagem da greve pela direção.

Um novo golpe foi armado, depois grandes manifesta-

ções de rua, numa negociação com a reitoria. A proposta de acordo de fim de greve se iniciava com a promessa de que os processos que a reitoria abriria contra os grevistas dariam direito à defesa. E não continha nenhuma concessão concreta, apenas comissões e promessas. Essa proposta foi defendida por TODAS as correntes da USP, direção e oposição ao DCE, em assembleia. E foi combatida pela Corrente Proletária/POR e independentes, que acabaram conseguindo a maioria na votação. A greve prosseguiu.

O Comando de greve, constituído escandalosamente por uma maioria de delegados não grevistas, chegou a anunciar na imprensa o fim da greve antes da assembleia. O DCE trouxe ônibus do interior para a votação, certos de que o conservadorismo relativo do interior se imporá. Foi novamente derrotada. E a greve prosseguiu. Foi desmontada pela direção a partir de acordos e assembleias nas unidades.

2017: direção foge das bases

As assembleias de 2017 foram pouco ou nada convocadas pela direção. Quando chegou a hora de definir a política quanto à eleição do reitor, a direção defendeu que primeiro fosse debatida num Conselho de Centros Acadêmicos (CCA) e depois encaminhada a outra assembleia.

Contava que no CCA teria maioria folgada para aprovar... a mesma proposta defendida em 2013, consulta submetida ao C.O. Sua bandeira: “Zago Nunca Mais!” Estranhíssima, pois Zago encerrava seu mandato e não poderia ser reitor de novo. Os CAs se viram pressionados a aprovar algo que sequer conheciam ou tinha lógica, e derrotaram fragorosamente a direção, que teve de encaminhar a posição a uma assembleia. Teve, formalmente, pois, na prática, iniciou sua campanha no dia seguinte, sabotou a convocação da assembleia até nas redes sociais e a suspendeu por falta de quórum com antes de meia hora de atraso. Fez uma reunião com os RDs (da sua própria chapa) e decidiu, à margem dos estudantes e dos CAs, apoiar Maria Arminda na consulta eletrônica e no C.O. Uma das mais burocráticas atitudes já tomadas por uma direção do DCE e totalmente submetida à disputa burocrática no C.O., ocultando ainda que a escolha real é a do governador.

Essa posição desarmou politicamente o movimento estudantil para enfrentar a sucessão do reitor. Quando o C.O. deu de ombros para a consulta e elegeu Vahan, ficou sem ter o que fazer. Um final desastroso para sua política, mas ainda mais desastroso para estudantes e trabalhadores da USP.

A Corrente Proletária fez sua campanha pela retomada da luta pelo governo tripartite na USP, mas não teve ao seu lado uma vanguarda de independentes que a acompanhou nas lutas de 2016, e remou contra a maré das correntes políticas, opostas à luta pelo poder estudantil na universidade.

A trajetória das lutas desde 2013 aponta uma contradição no movimento estudantil da USP: nas grandes assembleias, alheias ao controle burocrático das direções, alinham-se de um lado as bases, uma vanguarda independente e o POR; de outro, todas as demais correntes, dirigentes do DCE ou CAs. Essa contradição deve ser superada com a construção de uma direção revolucionária. A unidade entre o POR e os independentes deve avançar nesse sentido.

Rondônia

Eleição do Sintero: manteve-se a burocracia. Nossa luta: constituir uma oposição de luta

No dia 1 de novembro, aconteceu a eleição para a direção do Sindicato dos Trabalhadores em educação do estado de Rondônia (Sintero). A burocracia dirige o Sintero há 28 anos. Mais uma vez, ganha as eleições para comandar o sindicato por mais três anos.

Essa eleição mostrou que uma grande parcela dos filiados não votou. Isso demonstra a insatisfação desse contingente para com a política da direção do sindicato. O sindicato possui 25 mil trabalhadores de educação filiados em todo estado, que correspondem aos estaduais, aos municipais e aos federais.

Esse ano, concorreram três chapas. A chapa 1, da situação, intitulava-se “Renovar Com Responsabilidade”; a chapa 2, “Renovação, Coragem e Luta”; a chapa 3, “Unidos somos mais fortes: O chão da Escola no Sintero”.

O resultado das eleições: a chapa 1, ganhou a executiva e 7 das 11 regionais. A chapa 2 ganhou 4 regionais e a chapa

3 não conseguiu nenhuma regional. A chapa 1 obteve 4.982 votos, a chapa 2, 4.479 votos e a chapa 3, 934 votos.

Dessa vez, os burocratas estavam amedrontados. Temiam não conseguir vencer as eleições. Para isso, foram buscar apoio das burocracias da CNTE e da CUT.

A Corrente Proletária da Educação tentou organizar uma chapa classista, mas não conseguiu devido ao estatuto extremamente burocrático e, por isso, considerou melhor chamar o voto crítico na chapa 2. Fez campanha junto às escolas defendendo as reivindicações e o método da luta direta. Combateu duramente a chapa da situação por expressar a política de conciliação de classes do PT. E se colocou por constituir uma verdadeira oposição classista, assentada no programa de independência de classe, na defesa das reivindicações, na unidade dos explorados, nos princípios da democracia sindical e no rechaço às burocracias sindicais que fazem dos sindicatos instrumentos para o carreirismo parlamentar.

Eleições Afuse

Nossa tarefa: constituir uma oposição classista

No dia 10/11, dia convocado pelas centrais como de manifestações, a burocracia convocou a eleição para a direção e Conselho na AFUSE. De costas para as manifestações que ocorreriam no centro de São Paulo e no Palácio dos Bandeirantes, a burocracia do sindicato privilegiou as eleições sindicais. Como dissemos no Massas anterior, era uma eleição de cartas marcadas. Só havia a chapa da burocracia. Assim, o PT continuará à frente do sindicato dos funcionários de escola, com a política de conciliação de classes.

Além da total despolitização, as eleições não cumpriam nenhum critério democrático. Em boa parte, não havia comissões eleitorais. As urnas passavam pelas escolas sem nenhuma fiscalização. Portanto, inteiramente sob o controle da burocracia. Os candidatos ao Conselho tinham de individualmente comunicar-se com os diretores do sindicato ou enviar e-mails comunicando a intenção de se candidatar.

Apesar de todos esses entraves burocráticos, a Corrente Proletária apresentou suas candidaturas para o Conselho, defendendo um programa de luta, a democracia sindical e a necessidade de combater os burocratas sindicais encastelados na Afuse. Percebemos que, pela primeira vez, alguns funcionários se colocaram por constituir uma oposição e apresentaram-se como candidatos ao Conselho.

Nossa tarefa: iniciar, desde já, junto às escolas, um movimento pela constituição de uma oposição classista. Uma oposição capaz de aglutinar os descontentes com a burocracia do sindicato e disposta a defender as reivindicações que unificam os funcionários com os demais setores de trabalhadores. Uma oposição alicerçada na mais ampla democracia sindical. Só assim poderemos enfrentar as duras e profundas medidas dos governos Temer e Alckmin.

Lançamento do Livro 100 Anos da Revolução Russa em Recife

A atividade ocorreu na UFPE, no dia 11/10, pela manhã. Inicialmente, houve três exposições sobre o processo da Revolução Russa, desde fevereiro até outubro.

A primeira fez referência ao período entre fevereiro e abril de 1917, pós insurreição de fevereiro. Os fatores que contribuíram para a insurreição foram, principalmente, os anseios dos camponeses pela terra, a reivindicação de saída da guerra imperialista, o fim da opressão às nacionalidades oprimidas por meio do direito à autodeterminação, e a implementação da jornada de 8 horas, além da constituição de uma república burguesa em substituição à monarquia czarista.

Ressalta-se que a insurreição de fevereiro não foi obra da espontaneidade, mas fruto de um longo trabalho de propaganda e agitação bolchevique em torno das principais tarefas e métodos próprios das massas, a partir da assimilação das experiências anteriores, como a revolução de 1905. Entre as principais lideranças de fevereiro se encontravam os quadros médios bolcheviques educados na escola leninista. O fato de a direção do partido bolchevique, naquele momento, não estar à altura das tarefas da revolução, aliado à preponderância de socialistas revolucionários e mencheviques nos soviets, resultou na transferência do poder para um gabinete formado

pelos partidos da burguesia, junto com os conciliadores.

A segunda, explicou o período entre abril e meados de agosto, que se caracterizou por um aprofundamento da crise econômica e política na Rússia, na medida em que o governo provisório burguês não atendia às principais reivindicações das massas. Esse foi o momento de uma intensa luta de Lênin no interior do partido bolchevique para que este abandonasse a tática de apoio crítico ao governo burguês, substituindo-a por uma posição de independência de classe, com a defesa da passagem do poder aos soviets, o que implicava uma propaganda e agitação entre as massas e contra o governo provisório, que continuava a defender os interesses dos latifundiários e do capital financeiro. Com relação à guerra, a defesa de transformar a guerra imperialista em guerra civil, aliada à bandeira de paz sem anexação, foi um divisor de águas entre os bolcheviques e os partidos da coalizão (mencheviques e socialistas-revolucionários).

Com as chamadas jornadas de julho, onde as massas estiveram na iminência de uma insurreição prematura, o governo da coalizão responsabilizou os bolcheviques, impôs a repressão às suas publicações e os obrigou a operar predominantemente na clandestinidade. Após a tentativa fracassada do golpe de Kornilov, os bolcheviques ampliam sua influência nas massas e se tornam direção dos principais soviets, colocando na ordem do dia a necessidade da insurreição para a tomada do poder.

A terceira, colocou que as revoluções burguesas foram res-

(...) a defesa de transformar a guerra imperialista em guerra civil, aliada à bandeira de paz sem anexação, foi um divisor de águas entre os bolcheviques e os partidos mencheviques e socialistas-revolucionários.

ponsáveis pela formação dos estados nacionais. A revolução de fevereiro, porém, era uma revolução burguesa que ocorria na fase imperialista do capitalismo. A burguesia já não podia realizar sequer suas tarefas democrático-burguesas, sendo uma delas a constituição de uma república democrática na Rússia. Os partidos da burguesia, dentre eles o principal era o Cadete, eram divorciados das massas. Além deles, havia os Socialistas Revolucionários (com penetração no campesinato), os mencheviques e os bolcheviques (ambos com inserção no proletariado urbano).

A revolução burguesa na Rússia teve seu primeiro momento em 1905. Nesse ano, as massas, pela primeira vez, criaram os organismos de poder por meio dos quais exerciam sua soberania, os soviets, que foram reconstituídos na revolução de fevereiro de 1917. Surgiu um duplo poder, contraditório, onde os soviets conflitavam com o governo provisório burguês no controle das tropas e navios, e sobre as localidades. Em outubro de 1917, uma insurreição derrubou o governo provisório de Kerensky e o substituiu pelo poder integral dos soviets, constituindo um governo operário e camponês, que aprovou as principais reivindicações das massas (paz sem anexação, terra aos camponeses, autodeterminação das nacionalidades, etc.)

Após um debate, com intervenções e perguntas, os presentes deram um Viva à Revolução Russa e à construção do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Pernambuco

Como os revisionistas “homenageiam” a Revolução Russa?

No dia 14 de novembro, houve uma atividade de comemoração à Revolução Russa no sindicato dos tecelões, em Paulista-PE. Em nossa participação da manifestação do dia 10, fomos convidados a estar presentes. Montamos uma banca com materiais e distribuímos o manifesto do CERQUI sobre “o que foi a Revolução Russa”.

A atividade foi iniciada por um militante da corrente do PT “O Trabalho”. Ele saudou a presença de militantes de sindicatos, do PPS (um partido burguês) e PSOL. Havia poucos jovens. Em vez de uma exposição sobre a Revolução Russa, passou um vídeo feito por sua organização, com imagens dos acontecimentos revolucionários, muitas delas sobre Che Guevara, outras sobre lutas e revoluções, misturadas com Alende, Prestes, Olga Benário, Daniel Ortega, Marighela, Hugo Chávez e, ao final, a bandeira do PT. Na sequência, passou um vídeo do telecurso da rede Globo e, ao final, uma animação direitista que ridicularizava Marx, colocando-o ao lado de um pretense primo, o Grouxo Marx. Um verdadeiro acinte à memória da Revolução Russa.

Sem nada comentar, passou a fala aos presentes. Fizemos uma intervenção em nome do partido, mostrando a atualidade da Revolução Russa e da estratégia da revolução e ditadura proletárias. Destacamos a concepção leninista do partido

como uma conquista do marxismo. Mostramos como os bolcheviques derrotaram as correntes revisionistas e vacilantes, passando de minoria à condição de dirigente da revolução. Enfatizamos a necessidade de combater as ilusões democráticas e conquistar a independência de classe. Em resposta, o militante de O Trabalho passou a falar absurdos, como o de que o capitalismo está muito complexo e não precisa mais do trabalho vivo, que está substituindo o dinheiro físico por bitcoins. Divagou para tentar dizer que os ensinamentos da Revolução Russa não correspondiam mais à vida real. Outro militante do PT o seguiu, sugerindo que se focássemos na Revolução Russa seríamos eurocentristas, pois, por ser negro, defendia um socialismo democrático de raça e classe.

Um militante que já teve proximidade com o POR fez uma intervenção defendendo a atualidade política da Revolução Russa, uma vez que continuamos na fase imperialista, caracterizada pela decomposição do capitalismo, guerras e revoluções. Destacou a importância do bolchevismo, com o centralismo-democrático e revolucionários profissionais. Denunciou que o reformismo nega a Revolução Russa, quando, na realidade, sob o imperialismo, são as reformas que são impossíveis. Afirmou que mesmo com as modificações na economia, a classe operária jamais deixará de existir sob

o capitalismo. O militante falou da necessidade de construção do partido operário e da luta estratégica pelo do governo operário camponês (ditadura do proletariado). Concluiu defendendo a necessidade de reconhecer os equívocos. Diante do pedido para que concluísse, não detalhou quais equívocos seriam esses.

Esta pequena mostra do que ocorreu indica que correntes que se degeneraram no revisionismo só podem falar da Revo-

Lançamento do Livro “100 Anos da Revolução Russa”, em Natal

O lançamento do Livro ocorreu no dia 13/11, na UFRN. Além dos militantes, contou com a presença de simpatizantes, ex-militantes e convidados. Inicialmente, houve uma exposição onde se colocou os principais elementos do processo que desencadeou a Revolução de Outubro de 1917.

Na exposição, foi colocada inicialmente a experiência da Comuna de Paris, primeira experiência de revolução proletária, que acabou derrotada, mas serviu como base para Revolução Russa. Esta última, diferente da Comuna, foi uma revolução vitoriosa. Iniciou a transição do capitalismo ao socialismo, por meio da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. A burguesia usa a restauração capitalista na URSS para dizer que o socialismo fracassou. Na verdade, a história tem mostrado que as revoluções, mesmo derrotadas, preparam o caminho para novas revoluções.

Foi apresentado, durante a exposição, todo o processo que antecedeu a Revolução de Outubro de 1917, desde o surgimento do POSDR, passando pela cisão entre mencheviques

Quanto às opressões, foi colocado que todas possuem raiz na existência das classes sociais e, portanto, só poderão desaparecer por meio da revolução proletária, que abrirá caminho para o socialismo e a extinção das classes. As variadas formas de opressão, como a nacional, a racial, a sobre a mulher, vão encontrar na estrutura econômica, hoje capitalista, a base de sua existência.

e bolcheviques, a revolução de 1905, a guerra imperialista iniciada em 1914, as principais reivindicações (paz sem anexação, terra aos camponeses, fim da fome, jornada de 8 horas, direito à autodeterminação das nações), a insurreição de fevereiro com o surgimento dos soviets, a constituição do governo provisório incapaz de atender aos anseios dos explorados, o fortalecimento dos bolcheviques nos soviets e, por fim, a tomada do poder por meio da insurreição das massas em outubro.

Após a exposição, militantes entrevistaram apresentando lições que podemos extrair da experiência da Revolução Russa, como a necessidade do total desmantelamento da máquina de Estado burguesa e sua substituição pelo Estado operário, além da superioridade da democracia dos soviets, que se tratava do exercício direto do poder das massas, e a importância da defesa da ditadura do proletariado, como expressão da vontade da maioria explorada sobre a minoria burguesa.

lução Russa para negá-la. Pois, não são herdeiros do bolchevismo, mas sim dos revisionistas do marxismo.

Notamos que foi muito importante a defesa da Revolução Russa na atividade convocada pelo sindicato operário. O fato de estar sob a responsabilidade daqueles que já não têm nada a ver com o internacionalismo proletário indica a necessidade de travarmos uma luta consistente para pôr em pé o partido marxista-leninista-trotskista em nosso País.

Foram levantadas também três questões: quais foram as causas da restauração capitalista, como impedir o surgimento de uma ditadura como a estalinista e como combater as várias formas de opressão.

Quanto às opressões, foi colocado que todas possuem raiz na existência das classes sociais e, portanto, só poderão desaparecer por meio da revolução proletária, que abrirá caminho para o socialismo e a extinção das classes. As variadas formas de opressão, como a nacional, a racial, a sobre a mulher, vão encontrar na estrutura econômica, hoje capitalista, a base de sua existência. Foi lembrado que na Rússia existia uma forte opressão sobre os judeus e demais povos que faziam parte do império russo e que, com a constituição da república dos soviets, foi decretado o fim das discriminações e das perseguições religiosas.

Com relação à restauração capitalista, um dos elementos que contribuiu para esta foi o próprio atraso da Rússia, de capitalismo atrasado, onde a maior parte da população era camponesa e onde a economia de subsistência, patriarcal, tinha um enorme peso. A revolução russa apenas abriu a transição do capitalismo para o socialismo. Na URSS, a economia socializada coexistia com relações de produção e distribuição capitalistas, com o mercado, e isso ocasionava uma diferenciação no campo e na pequena burguesia urbana. Os camponeses ricos e os comerciantes que se destacavam economicamente passaram a exercer pressões

burocráticas sobre o Estado operário, desde as localidades e províncias. Outro fator que contribuiu para a restauração foi o isolamento internacional da URSS, onde os países imperialistas realizavam uma investida econômica contra a economia socializada. Por fim, a revisão do programa bolchevique pelo estalinismo coroou esse processo de burocratização com a falsa ideia da possibilidade do socialismo num só país.

Sobre como prevenir o surgimento de uma ditadura estalinista, foi respondido que não há uma fórmula para isso. A única coisa que podemos fazer é aprender com as lições da revolução russa e, no momento certo, conseguir se opor a toda forma de burocratização. O fundamental é que não há outro caminho para evitar retrocessos senão o da revolução proletária internacional.

Por fim, foi realizado o sorteio do livro dos 100 anos, como parte da campanha financeira. A atividade foi finalizada com uma saudação à Revolução Russa.

Nesta edição:

- **Oriente Médio:** Arábia Saudita e Israel ameaçam recrudescer os conflitos militares.
- **Argentina:** História do partido bolchevique. Primeira parte: 1898 - 1906. 1º ao 4º Congresso, Que fazer?.

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
 pela Reconstrução
 da IV Internacional**



Bolívia

A realidade da ditadura burocrática masista em Chapare

“Fizeram-nos caminhar uns 50 metros de joelhos, com uma pistola na boca, dizendo: ‘perdão presidente Evo, perdão presidente Evo’”

Cochabamba, 2 de novembro (RENNO). Por meio da rádio Ecológica da Rede ERBOL, o dirigente cocaleiro dissidente Valencia contou seus temores e a forma como são intimidados os dirigentes que se atrevem a questionar as decisões governamentais; apresentamos a nota na íntegra:

“Eu, em Chapare, não durmo em paz, porque penso que vão entrar e me colocar um quilo, dois quilos de droga e vão me acusar de ser narcotraficante, de ser um viciado”. Assim o cocalero de Shinahota, Herbat Valencia, descreveu como é para ele viver no trópico de Cochabamba sendo opositor ao Governo de Evo Morales.

Valencia e dois de seus companheiros estiveram presos porque, em dezembro de 2014, foram acusados de incitação ao crime, associação criminosa e até de atentar contra a vida do presidente Evo Morales, em uma reunião ampliada onde exigiram do presidente que respeite as decisões do cabildo de escolher Lidia Poma como candidata a prefeita, mas o líder do MAS não escutou o seu pedido.

Em uma entrevista à rádio Ecológica da Rede ERBOL, Valencia afirmou que a acusação contra ele é baseada em falsidades. “Era crime no trópico de Cochabamba dizer ao presidente que não coloque candidatos a dedo, dizer ao presidente que respeite a decisão do povo”, lamentou.

Lembrou que, no momento de sua detenção, a Polícia interceptou o veículo quando estava quase chegando a Colomi. Afirmou que, no momento, pensou que morreria, porque os policiais lhe disseram para pedir perdão ao presidente de joelhos. “Fizeram-nos caminhar uns 50 metros de joelhos, com uma pistola na boca, dizendo: ‘perdão presidente Evo, perdão presidente Evo’. Eu pensei que iam nos matar ali mesmo”, contou.

Valencia disse que, depois de sua libertação, vive um outro calvário com os seus companheiros processados, uma vez que o julgamento é realizado em Tiraque e eles devem viajar desde Shinahota cada vez que há audiências, às vezes, inclusive, estas são suspensas.

Afirmou que os seus companheiros têm de quatro a cinco

filhos e que só trabalham na terra para conseguir se sustentar. Relatou que as constantes viagens deles e de suas testemunhas a Tiraque lhes causa uma despesa de uns 4 mil bolivianos, enquanto os acusadores aparecem em carros do Governo e as suas viagens são sustentadas pelas organizações sociais.

Não obstante, Valencia afirmou que ele e uma nova geração de dirigentes estão dispostos a morrer lutando pela democracia no trópico de Cochabamba. “Pode ser que nos matem porque eles têm o poder”, alertou.

Indicou que, em Shinahota, se está formando uma nova alternativa política e que isto incomoda os oficialistas. “Há uma juventude valiosa, contestadora, democrática e com a certeza de que daqui a uns 10 anos o MAS vai perder a sua credibilidade quase totalmente em Chapare”, assegurou.

Segundo Valencia, é por isto que os oficialistas tentam prendê-lo de novo. Culpou os masistas, executivos e “juizes astutos” no caso de que lhe aconteça algo. Disse que o oficialismo pretende evitar que se constitua uma oposição coerente.

O cocalero afirmou, por fim, que o MAS encheu o Chapare de “ferro, areia e cimento”. Apontou que, por exemplo, há um estádio para 15 a 17 mil pessoas e um “charmoso aeroporto”, mas em Shinahota há falta de água potável.

// Radio Ecológica - Red ERBOL

PELA DEFESA DO DIREITO DE LIVRE SINDICALIZAÇÃO!!
 PELA INDEPENDÊNCIA SINDICAL E POLÍTICA DAS ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES!!
 ABAIXO A PENALIZAÇÃO DO DIREITO DE MANIFESTAÇÃO!
 EM DEFESA DO DIREITO DE GREVE!
 MORTE À DITADURA ANTIOPERÁRIA E ANTIPOPULAR MASISTA!
 ESMAGAR A BURGUESIA ENTREGUISTA E EXPULSAR AS TRANSNACIONAIS!
 COM O PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO AO SOCIALISMO!

(Extraído do Jornal Massas, nº 2518, do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Oriente Médio

Arábia Saudita e Israel ameaçam recrudescer os conflitos militares

Arrefecia conjunturalmente a carnificina e a devastação desfechada sobre a Síria pelas potências, quando Arábia Saudita e Israel passaram conspirar contra o Líbano, Iêmen, Irã e a Palestina.

O príncipe herdeiro da monarquia saudita, Mohammed bin Salman ameaçou o governo libanês de intervenção, caso não bloqueasse a movimentação das milícias xiitas do Hezbolah, apoiadas pelo Irã, que retornam da Síria, onde combateram o Estado Islâmico.

Segundo o regime monárquico-feudal saudita, o Hezbolah se orientaria a “desestabilizar” os regimes saudita e sionista e a provocar uma luta intestina pelo poder no Líbano. Convocado por bin Salman para “consultas bilaterais”, o primeiro-ministro libanês foi preso logo que chegou no aeroporto da capital saudita, Riad. Horas depois, Hariri renunciava ao cargo. Segundo se informou, sua renúncia teve por objetivo “*preservar a vida*” de al Hariri, ameaçado por um suposto “*plano do Irã e Hezbolah para assassiná-lo*”. Tudo indica, porém, que a renúncia se deveu aos choques entre as frações libanesas e para justificar, assim, uma intervenção saudita e sionista pela “*preservação da paz*”.

Na mesma semana, o regime saudita anunciou a Mahmud Abás, presidente da Palestina, que deveria renunciar à presidência, caso não aceitasse o “plano de paz” elaborado pelos Estados Unidos. A declaração foi de fato uma ameaça, uma vez que o “plano” coloca como condição para apoiar as negociações entre Palestina e o Estado de Israel que todas as terras usurpadas pelos sionistas nos últimos anos passem a ser consideradas territórios judeus.

O objetivo dessa nova manobra é o de dinamitar o frágil acordo alcançado entre Hamas e Al Fatah para tentar formar um governo de “unidade nacional”. Segundo os cálculos dos sionistas, ainda que com suas contradições e lutas intestinas, um “governo de unidade” dificultará os planos da burguesia judia de anexar os territórios da Faixa de Gaza à força. A permanência do Hamas no controle da Faixa de Gaza, organização taxada de terrorista pelo imperialismo e ONU, serve de justificativa às intervenções militares “defensivas” do Estado policial e colonialista de Israel. Enquanto que o controle desses territórios pela Autoridade Palestina (com reconhecimento internacional como governo legítimo) colocaria Israel por “fora do direito internacional” e levaria a novas sanções e choques com o imperialismo.

Após as ameaças contra a Palestina e o Líbano, foi a vez do governo saudita caracterizar como “ato de guerra” o fato dos rebeldes hutís terem lançado um míssil iraniano no território da Arábia Saudita. Dias antes, foi publicada uma declaração da ONU que alertava sobre as terríveis consequências do avanço da fome no Iêmen. A declaração “de catástrofe humanitária no Iêmen” é a cobertura diplomática para concretizar o plano de intervenção do imperialismo por meio das forças armadas da ONU e, assim, colocar no poder a fração burguesa serviçal. O objetivo é o de recuperar dos hutís o controle sobre pontos marítimos estratégicos do Mar Vermelho, por onde passam 40% das trocas comerciais mundiais e desde onde se poderia

limitar os transportes e forças armadas do Irã, Rússia e China.

As ameaças contra Palestina, Líbano e Irã objetivam desse modo recompor a influência do imperialismo, sauditas e sionistas, abaladas pela retomada do controle da Síria pelo exército nacional e pela estabilização de Al Assad. Mas, particularmente, abalada pela derrota da oposição e das milícias apoiadas pelas suas burguesias. Essas organizações deviam servir para influenciar a transição política síria ou a divisão de seus territórios, conforme o desfecho da situação. A intervenção russa, porém, abortou esses planos.

Isso explica por que as movimentações e ameaças de sauditas e sionistas contam com o apoio dos Estados Unidos. Não por acaso Trump vem declarando seu apoio irrestrito ao Estado de Israel e acusa o Irã de descumprir os acordos sobre o seu programa nuclear, bem como de realizar constantes “atos de guerra” na região. São todas manobras calculadas que objetivam criar condições ao intervencionismo contra Irã e cercar Rússia e a China na Ásia central.

Essa particular condição reflete, em última análise, o impasse no processo da restauração capitalista na Rússia e na China e a projeção desses governos no mercado mundial e nos conflitos internacionais. Constituem entraves ao domínio dos monopólios sobre regiões e governos que mantêm uma relativa autonomia ou não se curvam totalmente perante os ditames do imperialismo.

O fortalecimento militar e diplomático da Rússia, a estabilização do governo sírio, os choques do governo turco com o imperialismo, devido ao aumento do poder dos curdos em suas fronteiras, a expansão da influência iraniana sobre o Iraque e a Síria e a recente derrota da tentativa independentista curda comprometeram os apoios que o imperialismo forjava para usá-los em seu objetivo de dividir Oriente Médio, segundo seus interesses mais gerais.

O fundamental do que temos assinalado está em que se abre uma nova etapa de choques e conflitos internacionalizados no Oriente Médio. Embora se revistam conjunturalmente de formas religiosas ou étnicas, esses expressam as tendências mais gerais da nova partilha do mundo operada pelas forças monopolistas mundiais. E que arrastam em seu desenvolvimento as burguesias nacionais de Oriente Médio, colocando-as de um e outro lado das barricadas.

A permanência das tendências bélicas está determinada pelas condições de desagregação estrutural do capitalismo. Ocorre que o capitalismo passou a depender cada vez mais das guerras e da brutal opressão social e nacional para a preservação de seus lucros. As guerras civis, as intervenções imperialistas, o esmagamento da autodeterminação nacional e a derrocada dos governos que mantêm uma relativa independência nacional são meios de sobrevivência ao capitalismo à custa da vida das massas e do agravamento da opressão e saque sobre as semicolônias.

Está aí por que o esmagamento do Estado Islâmico não freou a projeção da guerra civil internacionalizada como um elo de novos conflitos bélicos. Nem sua derrota militar poderá apagar as tendências das massas de reagirem à intervenção

do imperialismo e seus subservientes nacionais. A assimilação dessa experiência constitui um ponto de partida para reorganizar a vanguarda árabe e mundial sob o programa e estratégia revolucionárias do proletariado mundial.

Nas condições de desagregação mundial do capitalismo, a revolução socialista mostra-se como a condição para realizar a autodeterminação nacional dos povos oprimidos e resolver o atraso secular do Oriente Médio. A experiência demonstra que a feudal-burguesia e seus sucedâneos pequeno-burgueses são impotentes para libertar a nação oprimida e projetar a unidade revolucionária das massas. Para isso, a vanguarda precisa pôr

em pé uma direção revolucionária, que aplique o Programa de Transição nas condições de avanço da barbárie capitalista, e que tem por ponto fundamental a defesa da autodeterminação e independência das nações oprimidas.

É com esse programa que os explorados e oprimidos combaterão o intervencionismo imperialista e o esmagamento da rebelião das nações oprimidas. A tática da frente única anti-imperialista e o programa dos Estados Unidos Socialistas de Oriente Médio constituem os fundamentos da estratégia revolucionária, que ajudará as massas árabes a se elevar ao programa socialista.

Publicamos a primeira parte da história do partido bolchevique, elaborada pelo Partido Operário Revolucionário da Argentina, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. O texto fez parte da campanha dos 100 anos da Revolução Russa. Na próxima edição do Jornal Massas, traduziremos a segunda parte.

História do partido bolchevique

Primeira parte: 1898 - 1906

1º ao 4º Congresso, Que fazer?

Introdução

A História do partido comunista da Rússia, conhecido também como bolchevique, é a história da luta de Lênin por estruturar um partido centralizado, de quadros, clandestino, de combate, para dirigir a revolução e tomar o poder. Não em um país qualquer, em abstrato, mas na Rússia, um país capitalista atrasado e com uma população majoritariamente camponesa. Aqui nos interessa mostrar resumidamente as principais lutas políticas que ocorreram durante a estruturação do partido revolucionário e a íntima relação que existe entre a política e o tipo de organização que lhe corresponde.

1898 - 1904, 1º e 2º Congresso, Que fazer?

O Partido Operário Socialdemocrata Russo (POSR) foi fundado em 1898, com a realização do seu primeiro congresso, no qual participaram nove delegados, que aprovaram o Manifesto de Fundação. Este partido foi preparado desde 1893, pelo grupo “Emancipação do Trabalho”, dirigido por Plekanov (“o primeiro marxista russo”). Na ocasião, Lênin estava preso na Sibéria. Elegeram-se um Comitê Central de três membros, dois dos quais foram presos logo após o Congresso, assim como os demais delegados.

O POSR dessa época era mais um movimento que um partido. Havia, de um lado, vários jornais locais irregulares, com diferentes posições; e de outro, a unidade conquistada com o primeiro Congresso estava virtualmente dissolvida, devido à prisão dos membros da direção.

Diante desta situação, em dezembro de 1900, Lênin publica o primeiro número do Jornal Iskra, que procurava se transformar no “órgão de toda a socialdemocracia russa”. Em 1902, publicou o famoso livro “Que fazer?”, que continha os fundamentos políticos e organizativos para assentar as bases do partido: 1) luta contra o economicismo (tendência que separava o programa mínimo do programa máximo); 2) luta para concentrar todas as forças num jornal único de toda a Rússia; 3) luta para considerar como membro do partido somente aqueles que pertencem a um organismo partidário. O objetivo era transformar os grupos dispersos e descentralizados numa organização única.

Estava em debate também o *programa* do partido. Já em

1895, Lênin havia redigido seu próprio projeto de programa, e a explicação do programa em 1896. Neste terreno, se contrapunha ao projeto de programa de Plekanov, ao qual considerava, em 1902, mais um manual de economia geral sobre o capitalismo para estudantes do que um programa operário sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia para a Revolução. Na sua “Nota para história do nosso programa”, publicado no jornal Vperiod, em 1905, Lênin assinalou que “no lugar em que se falava do caráter de classe do nosso partido, defendeu e conseguiu a substituição da expressão ‘massa trabalhadora e explorada’ pela palavra ‘proletariado’” contra Plekanov. No “Que fazer?”, explicou as tendências internacionais da socialdemocracia, declarando que a linha revisionista de Bernstein “declarou destituído de fundamento o próprio conceito de ‘objetivo final’ e rechaçou imediatamente a ideia da ditadura do proletariado”. Da mesma forma, num dos discursos no segundo congresso do POSR, lutando contra Martov, representante do economicismo e líder, juntamente com Plekanov da fração menchevique, denunciou que “expuseram ideias oportunistas que chegavam inclusive a refutar a teoria da pauperização, a questionar a própria ‘Ditadura do Proletariado’”

Com estes pontos polêmicos (programa, tipo de partido, luta política), realizou-se em julho de 1903, o **Segundo Congresso**, no qual participaram 43 delegados, com 51 votos representando 26 organizações. Os iskristas tiveram 33 votos (24 deles “leninistas”), os anti-iskristas tiveram oito votos.

Nesse congresso, se formaram oficialmente as frações Bolcheviques (Maioria) e Mencheviques (Minoria), cujas diferenças se manifestavam em diferentes concepções a respeito do papel do proletariado na revolução burguesa na Rússia, portanto, diferenças quanto ao tipo de partido que tinha de se construir. Enquanto os mencheviques consideravam que havia de se construir um partido amplo, no estilo da socialdemocracia alemã, e apoiar a burguesia na luta pelo poder contra o czarismo, os bolcheviques consideravam que havia de se construir um partido fortemente centralizado, de quadros e clandestino, que servisse ao proletariado para lutar pelo poder.

Aprovou-se boa parte do programa proposto por Lênin. Não se aprovou a proposta de estatutos (para ser membro há

que pertencer a uma organização), mas os partidários de Lenin ganharam a eleição do comitê central e da redação do jornal.

O programa que se aprovou era composto de duas partes. O programa mínimo sobre a revolução democrática (derrubada do czarismo, república, confisco do latifúndio, autodeterminação das nações, jornada de 8 horas) e o programa máximo, sobre o socialismo. Um dos pontos mais importantes do debate foi a incorporação da ditadura do proletariado, aprovada.

Ao ficarem em minoria na direção, os mencheviques formaram uma organização paralela e Plekanov, conciliando com eles, convidou-os a ingressar na redação do jornal, transformando a minoria do partido em maioria da direção e redação. O jornal *Iskra* se transformou num órgão menchevique, motivo pelo qual Lênin renunciou à redação, desde o número 52.

Lênin, desde o exterior, reorganizou a fração bolchevique no “Birô do Comitê da Maioria”, e começou a preparação do Terceiro Congresso. Em 1905, iniciou a publicação do jornal *Vperiod* (Avante!).

A revolução de 1905, Terceiro Congresso, Duas táticas da Socialdemocracia na Revolução Democrática

Em abril de 1905, realizou-se o Terceiro Congresso, boicotado pelos mencheviques, que organizaram uma conferência própria em Genebra. Participaram 24 delegados, representando 20 comitês bolcheviques.

Como os mencheviques não participaram, o Congresso foi exclusivamente bolchevique. Aprovou-se o jornal *Proletarii* como órgão oficial (contra o *Iskra*), mas, não conseguiu que a Segunda Internacional o reconhecesse como oficial.

A revolução de 1905 atualizou o debate programático em torno à estratégia. Os “neo-iskristas” se opuseram à possibilidade de fazer parte de algum governo provisório que surgisse da revolução, considerando que, na medida em que o caráter da revolução era burguesa, o papel do partido era permanecer como a “oposição extrema”. Defenderam a formulação de um governo provisório, mas se opuseram à “ditadura revolucionária e democrática do proletariado e do campesinato”.

Nas “Duas táticas da Socialdemocracia na Revolução Democrática”, Lênin respondeu que a burguesia “não deseja uma vitória decisiva” sobre o czarismo devido a que tem “muita necessidade dele”, “com suas forças policiais burocráticas e militares que empregam contra o proletariado e os camponeses”, e que “a força capaz de obter a vitória decisiva contra o czarismo só pode ser o *povo*, isto é, o proletariado e os camponeses”, isto é, “a ditadura revolucionária e democrática do proletariado e do campesinato”. Defende que não há dúvidas de que a vitória será “uma ditadura: deverá apoiar-se inevitavelmente na força das armas, nas massas armadas, na insurreição e não em algumas instituições criadas pela via legal”, que não será uma “ditadura socialista”, mas, “uma ditadura democrática” e na medida em que não poderá alterar (sem passar por toda uma série de graus intermediários de desenvolvimento revolucionário) as bases do capitalismo”. Em síntese, para Lênin e os bolcheviques, nesta época, as tarefas da revolução eram indiscutivelmente burguesas, mas, abriam-se dois caminhos possíveis: ou república burguesa (destruição do czarismo), ou a monarquia constitucional (acordo de interesses entre a burguesia e o czarismo).

Coube a Trotsky generalizar e formular teoricamente a experiência e as conclusões da revolução de 1905, na qual a burguesia russa mostrou que não estava disposta a chegar até o final contra o czarismo. Trotsky desenvolveu o que mais adiante

será conhecida como as “Teses da Revolução Permanente”. Essas consistem no reconhecimento de que a época das revoluções burguesas, do tipo da revolução francesa, se encerrou. Devido à existência do proletariado como classe, a burguesia não está disposta a mobilizar e armar as massas para dirigi-las contra o feudalismo, porque já existe a classe e seus partidos políticos que podem se opor e disputar o poder com ela.

1906, 4º Congresso “de Unificação”

Em outubro de 1905, organizou-se o primeiro soviete em Petrogrado, tendo à sua frente Trotsky e um grupo de mencheviques. O soviete nasceu para dirigir a “Grande Greve de Outubro”, que se expandiu a Moscou e depois se nacionalizou com a greve ferroviária, obrigando o czarismo a conceder liberdades democráticas, como a legalização dos partidos, a liberdade de reunião e de imprensa e a convocação da primeira Duma (Parlamento).

Na fração bolchevique, alguns se opuseram à participação no soviete (“o camarada Radin ... coloca o problema assim: ou soviete de Deputados Operários, ou partido?”). Lênin respondeu com seu artigo “Nossas tarefas e os sovietes de Deputados Operários”, no qual indica que a resposta é “soviete e partido”, que “no aspecto político, o soviete de deputados operários deve considerar-se como o embrião do *governo provisório revolucionário*”, que em “sua qualidade de centro dirigente político da revolução, o soviete de deputados operários não é uma organização muito ampla, mas, ao contrário, muito estreita. O soviete deve proclamar-se governo provisório revolucionário ou, então, constituí-lo incorporando para isto em seu seio novos deputados, não apenas operários, mas primeiro os marinheiros e soldados que em todos os lugares se sentem atraídos pela liberdade; segundo, os camponeses revolucionários; e, terceiro, os intelectuais burgueses revolucionários” e que, “a única coisa que faz falta é que no governo provisório revolucionário, haja um poderoso núcleo puramente proletário; por exemplo, que a cada 100 operários, marinheiros, soldados e camponeses, haja dez deputados das uniões de intelectuais revolucionários. Creio que os proletários saberão fixar logo na prática uma proporção correta”.

No início de novembro de 1905, realizou-se a convocatória ao 4º Congresso de unificação das frações. A convocatória foi publicada no número 9 da *Nóvaia Zhisn* (primeiro jornal legal bolchevique publicado entre outubro e dezembro de 1905), junto com texto do Lênin “Sobre a reorganização do partido”, onde assinala: 1) que as condições em que atua o partido modificaram-se ao ter conquistado a liberdade de reunião e de imprensa mesmo que precariamente; 2) que o aparato clandestino do partido deve ser mantido, mas que se devem criar organizações legais e semilegais; 3) para levar à prática estas mudanças, é necessário um novo Congresso; 4) que as liberdades políticas assentaram as bases para aplicar o princípio eletivo para o Congresso.

As diferenças fundamentais entre mencheviques e bolcheviques eram que os primeiros consideravam que tinha sido um erro pegar em armas em outubro, enquanto os segundos, consideravam que foi acertado e que havia que chamar a insurreição. A partir desta diferença, se desenvolviam todas as diferenças táticas determinadas por ela: consignas sobre os camponeses, atitude perante o soviete, os sindicatos, perante a formação de um governo provisório e perante as bases da reorganização do partido.

Em meados de fevereiro de 1906, Lênin apresentou a “Pla-

taforma tática para o congresso de unificação do PSOR”, como plataforma bolchevique para o Congresso. Nesta defende que “a revolução democrática na Rússia não só não está em declínio como pelo contrário caminha para um novo ascenso. ... Que a forma principal do movimento de libertação no atual momento não é a luta legal no terreno quase constitucional, mas, o movimento diretamente revolucionário das massas populares que rompem com as leis policíescas feudais, que criam um direito revolucionário e destroem por meio da violência os órgãos da opressão sobre o povo. (...) Que os interesses do proletariado exigem uma luta implacável contra aquelas ilusões constitucionalistas que a burguesia liberal monárquica divulga”. Kautsky, em sua análise sobre o curso da Revolução Russa, coincidia em geral com as ideias formuladas por Lênin.

A Plataforma defende o trabalho em torno à preparação da insurreição armada como objetivo central do momento, pela criação de um governo provisório revolucionário com a possibilidade da participação do POSR, de acordo com a correlação de forças, pela participação no soviete e sua criação onde não existiam, sua ampliação e o chamado a se transformarem em autoridades governamentais baseadas no armamento, pela convocação de uma assembleia constituinte, pela unificação dos partidos socialdemocratas nacionais num único partido, pelo boicote à Duma intervindo ativamente no processo eleitoral, pela aplicação do princípio eletivo, de baixo para cima no partido sempre que seja possível, pela conservação do núcleo conspirativo da organização do partido, pela criação de seções especiais para atuação legal sem prejudicar a integridade das células conspirativas e pela direção única do partido (CC e redação eleitos no Congresso único). Além disso, debateu-se acerca do programa agrário (municipalização ou confisco sem indenização e nacionalização).

Em abril de 1906, realizou-se o Quarto Congresso de unificação com a maioria menchevique (62 delegados, representando 34.000 militantes, os bolcheviques tinham 46 delegados, representando 14 mil militantes).

O resultado do Congresso foi: 1) aprovou a unificação com os poloneses leitões e Bund; 2) aprovou-se o programa agrário

de Maslov (municipalização); 3) aprovou-se a participação na Duma; 4) não se adotou a resolução sobre a insurreição, mas, se aprovou que a tarefa imediata do movimento é arrancar o poder à autocracia czarista; 5) os bolcheviques ficaram como fração em minoria (“se estiverem dispostos, vocês mencheviques a ter uma conduta leal e a respeitar todos os direitos da minoria todos os direitos da oposição, então, nós nos submetemos a nos incorporarmos os nossos partidários ao Comitê Central e condenamos a divisão”); 6) elegeram-se a redação e a direção no Congresso (os bolcheviques consideravam que se devia escolher a direção e esta, a redação); 7) estabeleceu-se o centralismo democrático como o princípio da unidade de ação do partido e o debate ideológico no interior.

Lênin avaliou os resultados práticos do Congresso da seguinte maneira: 1) fusão aprovada com os partidos nacionais; 2) fusão das frações menchevique e bolchevique; 3) eliminação das divergências em matéria de organização; 4) colocação do centralismo democrático que ainda deve realizar-se; 5) delimitação clara entre a direita e a esquerda na socialdemocracia e colocação da luta ideológica interna; 6) reconhecimento por todos da fração socialdemocrata na Duma; 7) possibilidade de utilizar a resolução em relação a insurreição (a tarefa mais imediata e arrancar o poder das mãos do governo autocrático) para garantir a unidade de todo o partido na intervenção e enfrentar a ala direita.

O CC foi constituído por 7 mencheviques e 3 bolcheviques. A redação inteiramente menchevique. Os bolcheviques constituíram uma direção própria da fração (interna).

Conclui-se assim uma primeira etapa na estruturação do partido que finalmente se unificou e coube aos bolcheviques ficar em minoria, submetendo-se aos mencheviques com a garantia de poder fazer a discussão interna. Trata-se de uma década riquíssima na luta de ideias em torno às tarefas da revolução e como deve ser estruturado o partido com o objetivo de consolidar o POSR como um partido único armado com seu programa e o método para dirimir as lutas internas sem romper a unidade do partido: o centralismo democrático

(Extraído do Jornal Massas, órgão do Partido Operário da Argentina)

Passada a comemoração dos 100 anos da Revolução Russa, continuamos publicando comentários, artigos e documentos. A Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado constitui um documento de extraordinária importância para o movimento operário internacional. Expressa sinteticamente os primeiros passos da constituição do Estado Operário na forma de República Socialista Soviética. Foi apresentada para a Constituinte, que, controlada pelos mencheviques e socialistas revolucionários, sequer tomou a decisão de discuti-la. O poder operário decidiu desconhecê-la e extingui-la uma vez que não refletia a revolução e se constituiu em uma trincheira da contrarrevolução. A Declaração, finalmente, foi aprovada pelo III Congresso dos Sovietes da Rússia, em 12 de janeiro de 1918.

Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado¹

Janeiro de 1918, Lênin

A Assembleia Constituinte decreta:

I

1) A Rússia é proclamada como República dos Sovietes de deputados operários, soldados e camponeses. Todo o Poder, tanto na capital como nas províncias, pertence a estes Sovietes.

2) A República Soviética da Rússia constitui-se sobre a base da união livre de nações livres, como Federação de Repúblicas Soviéticas Nacionais.

II

Tendo-se determinado como tarefa fundamental abolir toda a exploração do homem pelo homem, suprimir por completo a divisão da sociedade em classes, esmagar implacavelmente a resistência dos exploradores, estabelecer a organização socialista da sociedade e alcançar a vitória do socialismo em todos os países, a Assembleia Constituinte decreta também:

1) É abolida a propriedade privada da terra. Toda terra, com todos os edifícios, o gado, as ferramentas e demais acessórios agrícolas, é declarada patrimônio de todo povo trabalhador.

4 Formação

2) Ratifica-se a lei soviética sobre o controle operário e sobre o Conselho Superior de Economia Nacional, com o objetivo de assegurar o Poder do povo trabalhador sobre os exploradores e como primeira medida para que as fábricas, minas, ferrovias e demais meios de produção e de transporte passem por inteiro a ser propriedade do Estado operário e camponês.

3) Ratifica-se a passagem de todos os bancos para a propriedade do Estado operário e camponês, como uma das condições da emancipação das massas trabalhadoras do jugo do capital.

4) Fica estabelecido o trabalho obrigatório para todos, com o objetivo de eliminar as camadas parasitas da sociedade.

5) Decreta-se o armamento dos trabalhadores, a formação de um Exército Vermelho socialista de operários e camponeses e o desarmamento completo das classes proprietárias, com o objetivo de assegurar a plenitude do Poder das massas trabalhadoras e eliminar toda a possibilidade de restauração do Poder dos exploradores.

III

1) Exprimindo a sua inabalável decisão de arrancar a humanidade das garras do capital financeiro e do imperialismo, que inundaram a terra de sangue na guerra atual, a mais criminoso de todas, a Assembleia Constituinte se solidariza totalmente com a política aplicada pelo Poder dos Sovietes, consistente em romper os tratados secretos, em organizar a mais extensa confraternização com os operários e camponeses dos exércitos atualmente em guerra e em obter, custe o que custar, por meio de procedimentos revolucionários, uma paz democrática entre os povos, sem anexações nem contribuições, sobre a base da livre autodeterminação das nações.

2) Com o mesmo fim, a Assembleia Constituinte insiste na completa ruptura com a bárbara política da civilização burguesa, que edificava a prosperidade dos exploradores de umas poucas nações predestinadas sobre a escravidão de centenas de milhões de trabalhadores na Ásia, nas colônias em geral e nos pequenos países. A Assembleia Constituinte saúda a política do Conselho de Comissários do Povo, que proclamou a completa independência da Finlândia², que começou a retirar as tropas da Pérsia³ e declarou a liberdade de autodeterminação da Armênia⁴.

3) A Assembleia Constituinte considera a lei soviética da anulação dos empréstimos contraídos pelos governos dos czares, dos proprietários de terra e da burguesia como um primeiro golpe desferido no capital bancário, financeiro internacional, expressando a certeza de que o Poder dos Sovietes continuará firmemente este caminho, até a completa vitória da insurreição operária internacional contra o jugo do capital.

IV

Tendo sido eleita na base de listas partidárias constituídas antes da Revolução de Outubro, quando o povo ainda não podia se erguer com toda sua força contra os exploradores, nem conhecia toda a força de resistência dos mesmos na defesa de seus privilégios de classe, nem havia ainda abordado na prática a criação da sociedade socialista, a Assembleia Constituinte considerara fundamentalmente errado, inclusive do ponto de vista formal, contrapor-se ao Poder soviético.

Em essência, a Assembleia Constituinte considera que ago-

ra, no momento da luta final do povo contra seus exploradores, não pode haver lugar para os exploradores em nenhum dos órgãos do Poder. O Poder deve pertencer total e exclusivamente às massas trabalhadoras e seus representantes plenipotenciários - os Sovietes de deputados operários, soldados e camponeses.

Apoiando o Poder dos Sovietes e os decretos do Conselho de Comissários do Povo, a Assembleia Constituinte considera que suas funções não vão além de estabelecer as bases fundamentais da transformação socialista da sociedade.

Ao mesmo tempo, aspirando à criação de uma aliança verdadeiramente livre e voluntária e, conseqüentemente, tanto mais estreita e duradoura entre as classes trabalhadoras de todas as nações da Rússia, a Assembleia Constituinte limita sua tarefa à de criar as bases fundamentais da Federação das Repúblicas Soviéticas da Rússia, deixando aos operários e camponeses de cada nação a liberdade de decidir, com toda independência, em seu próprio Congresso de Sovietes, investido de plenos poderes, se desejam, e em que condições, participar no governo federal e nas demais instituições federais soviéticas.

Notas:

- (1) A "Declaração dos direitos do povo trabalhador e explorado" de 3 (16) de janeiro de 1918 foi apresentada por Lênin a uma reunião do Comitê Executivo Central de toda a Rússia, que a aprovou por unanimidade com algumas modificações. Em 4 (17) de janeiro de 1918, a Declaração foi publicada no número 2 do Pravda. No dia seguinte, a minoria bolchevique a submeteu a discussão na Assembleia Constituinte em nome do Poder soviético. Porém, a Assembleia Constituinte contrarrevolucionária negou-se a discuti-la. Em 12 (25) de janeiro de 1918, a Declaração foi ratificada pelo III Congresso dos Sovietes de toda a Rússia, sendo, mais tarde, incluída na Constituição da RSFSR.
- (2) Em 6 (19) de dezembro de 1917, a Assembleia finlandesa aprovou a declaração proclamando a Finlândia um Estado independente. Em 18 (31) do mesmo mês, o chefe do Governo da Finlândia, Svinhufvud, pediu ao Presidente do Conselho de Comissários do Povo, V. Lênin, que fosse reconhecida a independência da Finlândia. Nesse mesmo dia, o Governo soviético atendeu à petição do Governo finlandês e reconheceu, antes de qualquer outro Governo, a independência da Finlândia. O Comitê Executivo Central de toda a Rússia ratificou a decisão do Conselho de Comissários do Povo, aprovando em 22 de dezembro de 1917 (4 de janeiro de 1918) a "Declaração do Governo revolucionário sobre o reconhecimento da independência da Finlândia".
- (3) O Governo soviético propôs ao Governo Persa, na segunda quinzena de dezembro de 1917, elaborar um plano comum de retirada das tropas russas da Pérsia. Em março de 1918, as tropas russas foram retiradas totalmente da Pérsia.
- (4) O Decreto "Sobre a Armênia Turca" foi discutido na reunião do Conselho de Comissários do Povo, celebrada em 23 de dezembro de 1917 (5 de janeiro de 1918) e aprovado pelo referido organismo em 29 de dezembro de 1917 (11 de janeiro de 1918). O decreto se publicou no número 227 do Pravda, correspondente a 31 de dezembro de 1917 (13 de janeiro de 1918). Foi concedida à população da "Armênia Turca" ocupada pelas tropas russas no transcurso da primeira guerra mundial, o direito de livre autodeterminação, chegando inclusive à independência completa. Em fevereiro de 1918, as tropas turcas se apoderaram novamente da "Armênia Turca", privando sua população da possibilidade de exercer seu direito à independência.